



VII M.D.A.

**Eleições de 1989:
Collor x Lula x Brizola**

Guia de Estudos

Sétima Edição

do Modelo Diplomático Agostiniano

Guia de Estudos

Gabinete de Campanha

-

Eleições de 1989: Collor x Lula x Brizola

Elaboração

Ana Carolina Millman

Emanuel Valente

Luca Cechinel

Nina Veiga

Pedro Rangel Soares

Revisão

João Antonio Guarnieri

Luca Alexandre

Orientação

Felipe Queiroz

Mario Guarnieri

SUMÁRIO

1. Carta aos delegados	5
2. Contextualização histórica	7
2.1. Reabertura política: anistia, pluripartidarismo e o fim da ditadura	7
2.2. O governo Figueiredo	9
2.2.1. <i>Anistia</i>	9
2.2.2. <i>Pluripartidarismo</i>	10
2.3. O colegiado eleitoral e a eleição de 1985	11
2.4. O governo Sarney - democratização e hiperinflação	13
2.5. O contexto internacional no final dos anos 1980	14
2.6. A Constituinte de 1987	15
2.7. Enfim diretas - antecedentes das eleições presidenciais de 1989	16
3. Principais candidatos, partidos políticos e programas	17
3.1. “O caçador de marajás” - Fernando Collor de Mello e o Partido da Reconstrução Nacional (PRN)	17
3.2. “O sapo barbudo” - Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores (PT)	19
3.3. “O caudilho Leonel” - Leonel de Moura Brizola e o Partido Democrático Trabalhista (PDT)	23
3.4. As demais candidaturas de maior relevância	27
4. Tópicos de discussão e debate	29
4.1. Crise econômica e megainflação	29
4.2. Estatização/desestatização da economia	30
4.3. Protecionismo e comércio exterior	33
4.4. Política de segurança e direitos humanos	33
4.5. Combate à corrupção	34
4.6. Reforma agrária	35
4.7. Política externa	35
5. As eleições presidenciais de 1989	36
5.1. Sistema eleitoral da nova democracia brasileira	36
5.2. Legislação eleitoral vigente - o que se pode ou não fazer	37
5.3. Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral	38
5.4. Calendário eleitoral e pesquisas de opinião	40
5.5. Grupos de interesse - indústrias, empresas, sindicatos, associações	40
5.6. O papel da imprensa na eleição	41
6. Funcionamento do comitê	42
6.1. Cronograma do comitê - passagem do tempo e sessões de debate	42
6.2. As agendas de campanha	43
6.3. Despachos de campanha - públicos e secretos	46

6.4. Agenda da propaganda eleitoral na televisão	47
6.5. O 'Roda Viva' e os debates televisionados	47
6.6. Funcionamento pós-primeiro turno	49
7. Anexos	49
8. Referências	52

1. Carta aos delegados

Quando é que em vez de rico
Ou polícia ou mendigo ou pivete
Serei cidadão
E quem vai equacionar as pressões
Do PT, da UDR
E fazer dessa vergonha
Uma nação

Caetano Veloso e Luiz Melodia, em *“Vamo” Comer* (1987)

Caros delegados,

Qualquer eleição que decida o chefe de estado de uma nação está fadada a entrar, de um jeito ou de outro, na história para sempre. Tal afirmação se torna ainda mais verdadeira quando essa se trata da primeira eleição direta para presidente após quase 30 anos, 21 dos quais foram vividos sobre uma brutal ditadura cujo espectro ainda ronda os corredores da política e o imaginário do povo. Tal era a situação do Brasil em 1989, quando o país realizou suas primeiras eleições diretas para presidência da república desde 1960. E os senhores, caros delegados, terão a oportunidade única de protagonizar esse momento singular da nossa história e, quiçá, mudá-lo para sempre.

O que estava em jogo não era apenas o retorno da democracia em caráter definitivo, mas sim sobre a *qual* democracia o Brasil se submeteria. A eleição não representou apenas diferentes projetos de governo, mas sim projetos de estado e país; todos dos quais, caso implementados, trariam impactos profundos à sociedade, à economia e à política do país durante muitos anos. O futuro do Brasil e de todos os seus milhões de habitantes estão agora nas suas mãos. Cabe aos diferentes gabinetes lançarem mão sobre as mais diversas estratégias visando conquistar o apoio do eleitorado brasileiro.

Se o destino do Brasil será o neoliberalismo de Fernando Collor, o novo trabalhismo de Leonel Brizola ou o socialismo de Lula caberá inteiramente as ações dos delegados; esses que devem lançar mão sobre tudo o que havia de mais avançado nas campanhas eleitorais, como a rádio, a televisão, e o marketing político, para conquistar, através das urnas, o Planalto. Desejamos muita sorte a todos os delegados, de todos os gabinetes, e que essa seja apenas a primeira de muitas eleições por vir no nosso país.

Cordialmente,

A mesa diretora

2. Contextualização histórica

2.1. Reabertura política: anistia, pluripartidarismo e o fim da ditadura

A Ditadura Brasileira durou de 1964 até 1985. O período que se compreende como ditatorial trouxe muitas marcas ao país, que se estendem até os dias atuais. Entre elas estão a censura, a tortura e os exílios de presos políticos. Essas barbaridades foram legalizadas por meio de Atos Institucionais (AIs), cujo mais marcante foi o AI-5. A democracia não existia no país. (MARCELO, 2009)

Ernesto Geisel precisou lidar com situações que não estavam em seus planos de governo, quando assumiu a presidência do Brasil entre 1974 e 79. Em meio às suas primeiras medidas estava a redução do poder dos militares da linha-dura e, ao mesmo tempo, a tentativa de manter o apoio deles enquanto restabelecia seus atributos profissionais, além de continuar o combate aos subversivos da nação. Entre os maiores desafios de seu governo estava impedir o crescimento do MDB, que foi marcante nas eleições parlamentares de 1974. (FERREIRA, 2019)

Os resultados da eleição surpreenderam a todos, inclusive os estrategistas mais otimistas do MDB. Na Câmara o número total de cadeiras tinha crescido de 310 para 364. Assim, a oposição na casa do povo elevou-se de 87 para 165 cadeiras. Já a ARENA, partido aliado do governo, caiu de 223 para 199 cadeiras ocupadas. Os resultados no Senado foram igualmente dramáticos. A delegação do MDB aumentou de 7 para 20, enquanto a da ARENA caiu de 59 para 46. Enquanto a ARENA vencera por uma pequena margem no total de votos para deputados federais, o MDB venceu no total de votos para senador, que era o melhor indicador da opinião nacional. (SKIDMORE, 1989)

Portanto, medidas foram tomadas para conter o avanço do partido oposicionista e evitar que na eleição de 1978 esse feito se repetisse. Contudo, a partir das eleições 1974 ficou mais visível a decadência do governo militar, com a vitória de parlamentares emedebistas, mesmo com mudanças nas regras eleitorais e com o chamado “Pacote de Abril”, que se tratou de medidas para fortalecer o partido do governo.

A partir dessas mudanças, além dos governadores de Estado, $\frac{1}{3}$ dos senadores foram eleitos pelo voto indireto. No entanto, as lideranças políticas que representavam oposição ao governo continuaram crescendo dentro do parlamento e nas representações do executivo estadual. Além disso, ao tentar fazer uma reforma no judiciário o Governo teve uma alta oposição pelos deputados do MDB, o que levou Geisel a fechar o Congresso Nacional por duas semanas. (SIMÕES, 2017)

Porém, no período analisado, houve o interesse de muitos integrantes do regime em liberalizá-lo e, para isso, precisavam desmontar o aparato repressivo do Estado. Nesse movimento, configurou-se de fato uma divisão no seio do regime.

Para a sucessão presidencial, o general Sílvio Frota se considerava a melhor opção. O general em questão era o líder oficial dos militares que compunham a ala dos linha-dura. Se ele, por acaso, fosse escolhido para substituir Ernesto Geisel na presidência, isso atrapalharia o processo de abertura “lenta, gradual e segura”. Como Ministro do Exército, ele desafiou a autoridade do presidente a partir de traições e desobediências dentro do próprio comando militar. Por esse motivo, o SNI - Serviço Nacional de Inteligência - informava o presidente sobre todos os passos do general. Fato este que desencadeou no Chefe do Executivo Federal uma visão negativa sobre as atitudes e a pessoa do general. Sendo assim, Sílvio Frota foi demitido em 12 de outubro de 1977 e não obteve apoio suficiente para se reorganizar, pois o presidente numa tacada de mestre fechou o Congresso e com sua perspicácia neutralizou seu oponente. (SKIDMORE, 1989)

Os linhas-duras, por mais simpáticos que fossem à ardorosa retórica anticomunista de Frota, resolveram não desafiar Geisel. Os oficiais da ativa sabiam que se optassem por uma causa perdida poderiam considerar suas carreiras prejudicadas ou encerradas. A determinação de Geisel deixou isto bem claro. Por isso os militares linha-dura não ousaram desafiar o presidente, que já havia demonstrado sua força política, além do mais, a maior parte dos oficiais que apoiavam o general Sílvio Frota estavam na reserva. Ernesto Geisel não somente reteve seu poder dentro das Forças Armadas como os aumentou no momento em que demitiu os generais Ednardo D’Ávila e Sílvio Frota. Deste modo, “[...] O presidente estava usando agora o seu poder aumentado dentro do Exército para promover a liberalização.”. (SKIDMORE, 1989)

O projeto de abertura, assim elaborado, deveria claramente comportar garantias básicas para o regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um longo tempo - seu caráter lento, de mais ou menos dez anos -, o que implicaria a escolha ainda segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação a uma nova constituição - que não deveria ser fruto de uma assembleia constituinte - das chamadas salvaguardas do regime: as medidas necessárias para manter no futuro uma determinada ordem. Sem o recurso à quebra da constitucionalidade, o projeto de abertura representava uma volta ao Estado de Direito e a reconstitucionalização do regime, mas não exatamente a redemocratização do país. (SILVA, 2003)

No dia 13 de Outubro de 1978 o país via pela primeira vez um sintoma da crise do regime e uma esperança da ordem democrática ressurgir. O Ato Institucional número 5, o mais autoritário da Revolução, foi anulado pelo Presidente da República.(ALENCAR , 2017) Segundo Oscar Niemeyer: “O ato prestou-se a todas as arbitrariedades, criando entre nós a discórdia, o exílio, o imobilismo, e o ressentimento. O AI-5 acabou tarde.”

2.2. O governo Figueiredo

2.2.1. Anistia

Para dar continuidade ao projeto de abertura política, desde o momento de sua posse, Geisel já pensara no general João Batista Figueiredo, o então chefe do SNI. Sendo assim, em 14 de outubro de 1978, Figueiredo foi eleito por 355 votos a 266 pelo colégio eleitoral, e ninguém ficou surpreso. João Figueiredo era o oposto de seu antecessor, não gostava da burocracia administrativa e esperava que seus ministros resolvessem tudo pra ele ao delegar tarefas. Assim, prometeu dar continuidade ao projeto de Geisel e “encaminhar” o Brasil de volta à democracia. (SKIDMORE, 1988)

Nesta trajetória, o ano de 1978 seria decisivo. Além da criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA) foram registradas inúmeras manifestações estudantis em protesto contra prisões e torturas de presos políticos em várias regiões, assim como a organização dos “Dias Nacionais de Protesto e Luta pela Anistia” e dos “Comitês 10 de Maio pela Anistia”. Com a criação dos CBAs, a mobilização expandiu-se significativamente.

Os Comitês surgem como organizações independentes reunindo entidades e militantes de todo o país e, em 1977-79, configura-se como uma rede composta por mais de sessenta células espalhadas pelas capitais e cidades do interior da maioria dos estados brasileiros. Esta rede passa a desenvolver uma campanha articulada de esclarecimento, propaganda e informação sobre a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Anistia Ampla porque seria para todos os atos de manifestação de oposição ao regime; Geral porque seria para todas as vítimas dos atos de exceção; e Irrestrita porque seria uma anistia sem discriminações e restrições. (KFOURI, 2011)

O comandante do II Exército, general Milton Tavares de Souza, em entrevista na Assembleia Legislativa de São Paulo, assim colocou a questão:

“A abertura está dando certíssimo. Estamos pagando por ela exatamente o preço que calculamos. Nem mais caro nem mais barato. O preço é exatamente esse, de conviver com greves, com certa contestação com tudo que estamos vendo aí.” (EDITORIAL, O Globo, 1979)

No dia 28 de agosto de 1979, foi assinada a lei nº 6.683, que concedeu a anistia a todos que cometeram crimes políticos ou eleitorais e àqueles que sofreram restrições em seus direitos políticos em virtude dos Atos Institucionais (AIs) e Complementares, entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

2.2.2. Pluripartidarismo

De acordo com Marchezan, a extinção do bipartidarismo era uma necessidade e existia um certo consenso na nação sobre a questão. O bipartidarismo havia criado uma situação estática e era necessário quebrar esse imobilismo. Do contrário, não se conseguiria avançar no projeto democrático. Ou se romperia com esse quadro ou viria a crise. A reformulação partidária era a segunda parte do plano político do governo - a primeira foi a da anistia política -, que deveria ser seguida pelo adiamento das eleições municipais de 1980, a realização de eleições diretas para governador em 1982 e a alteração do sistema eleitoral, com a introdução do voto distrital.

O projeto extinguiu os partidos da época, autorizou coligações eleitorais nos pleitos majoritários, manteve o Instituto da sublegenda para as eleições municipais e exigiu a denominação expressa de partido nos nomes das futuras organizações partidárias. Isso impossibilitou entre as antigas siglas o ressurgimento da UDN. (EDITORIAL O GLOBO, 1979)

O último governo militar, do general João Figueiredo (1979-85), percebeu que, com a situação econômica e social cada vez pior, havia uma maior tendência do eleitorado - insatisfeito - em votar contra o governo (ou seja, votar no MDB). Assim, justamente quando a oposição se fortaleceu, quase se tornando um partido de massa, o governo militar decidiu promover um novo realinhamento partidário, de cima para baixo, extinguindo a Arena e o MDB para criar um novo pluripartidarismo, agora moderado, com cinco ou seis partidos. (FLEISCHER, 1981)

O regime militar, na verdade, foi pródigo em desorganizar as poucas instituições político-partidárias que haviam no Brasil. Em 1965, criou o bipartidarismo. Mas quando este se tornou uma ameaça a seus desígnios continuístas, uma vez que dividia a sociedade entre os contrários e os favoráveis ao regime militar, com o bloco dos primeiros cada vez mais crescente, o governo não hesitou em extingui-lo.

Resultantes da reforma partidária, passaram a existir: Partido Democrático Social (PDS), sucedâneo da ARENA; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que apenas acrescentou a letra P a sua antiga sigla, atendendo as exigências da lei; Partido

Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola, que, vítima de uma manobra da ditadura, perdera a antiga sigla do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para Ivete Vargas; Partido Popular (PP), arregimentado por Tancredo Neves; Partido do Trabalhadores (PT), fundado por Luiz Inácio Lula da Silva. (FLEISCHER, 1981)

2.3. O colegiado eleitoral e a eleição de 1985

O mês de abril do ano de 1984 foi um dos mais marcantes da história da República. No dia 10 de abril, cerca de 1 milhão de pessoas se juntaram na frente da Igreja Candelária, no Rio de Janeiro, o mesmo palco onde, 16 anos antes, ocorrera a Passeata dos Cem Mil, organizada pelo movimento estudantil em reação à morte do estudante Edson Luís, para clamar um direito negado pela ditadura militar por 20 anos até então: a realização de eleições diretas para cargos do Poder Executivo (FERREIRA, 2018).

A PEC nº 05/83, conhecida como Emenda Dante de Oliveira, alterava os artigos 74 e 148 da Constituição Federal de 1967 para instituir a eleição direta e secreta do Presidente da República e do Vice-Presidente por parte dos brasileiros com mais de 35 anos e em pleno gozo de seus direitos políticos. No dia 25 daquele mês, a emenda seria votada sob o escrutínio de toda a nação. Cerca de 5 mil pessoas se juntaram na Cinelândia, no centro do Rio, para acompanhar a votação. Se fosse aprovada por dois terços dos deputados, as eleições diretas seriam reestabelecidas e a ditadura teria seu fim. E foi rejeitada, adiando para 1989 o direito de escolher o Presidente da República de forma direta. Ficou decidido então que a eleição presidencial de 1985 aconteceria de forma indireta, por meio do Colégio Eleitoral (FERREIRA, 2018).

Havia duas vertentes principais na oposição ao regime: uma mais radical, ligada ao Partido dos Trabalhadores, que acreditava no enfrentamento direto ao regime por meio da mobilização do povo na rua, e uma mais moderada, representada principalmente por Ulysses Guimarães, que acreditava não restar nada além de tentar derrotar o regime jogando as regras por ele estabelecidas, negociando com quadros dissidentes do PDS. O grupo mais moderado acabou prevalecendo, e a negociata assim começaria (FERREIRA, 2018).

No PDS, o primeiro a segurar a batuta para tentar conduzir o processo de escolha do candidato à presidência foi José Sarney, então presidente do partido. Sarney propunha votações prévias, mas Paulo Maluf se impôs como o candidato à sucessão de João Batista Figueiredo com o aval do próprio, levando a um racha no partido. Muitos deputados do PDS recusaram-se a apoiar o ex-governador paulista, devido principalmente à sua fama de corrupto

e ao fato de ele ser o candidato da linha-dura do regime. Um desses deputados era Sarney, que inclusive deixou a presidência do partido (FERREIRA, 2018).

Do outro lado, o principal nome da oposição era Ulysses Guimarães, reputado por sua atividade e altivez na luta contra a ditadura. No entanto, foi justamente por sua reputação que o poder militar vetou sua candidatura. O nome passou então a ser Tancredo Neves, um político experiente, ex-ministro de Getúlio Vargas, com maior penetração nos círculos militares que queriam o fim do regime. Além disso, a fim de conquistar setores que o consideravam permissivo demais, que acreditavam que seu governo abriria caminho para os comunistas, Tancredo escolheu um general respeitado no meio militar para ser seu Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, e buscou o apoio do ex-presidente Geisel (FERREIRA, 2018).

Com dois nomes definidos, ficava claro que a vitória teria que vir do apoio dos dissidentes do partido do governo, que se reorganizaram numa facção intitulada Frente Liberal (que daria origem ao Partido da Frente Liberal mais tarde, hoje União Brasil). Tancredo conseguiu convencer Sarney a trazer para seu lado os dissidentes, e assim formou-se a Aliança Democrática, que lançaria Tancredo Neves à presidência e Sarney, recém-filiado ao PMDB, como vice (FERREIRA, 2018).

O Colégio Eleitoral então se reuniu em 15 de janeiro de 1985, e Tancredo venceu a eleição com mais de 70% dos votos, com 480 contra 180 de Paulo Maluf. O país comemorou, conforme relata o jornalista Elio Gaspari no livro *A Ditadura Encurralada*, como se fosse uma vitória na Copa do Mundo. Tancredo tomaria posse em 15 de março do mesmo ano, mas uma série de impeditivos começaram a aparecer. Apesar de ter sido internado com suspeita de apendicite, o diagnóstico mudou rapidamente para uma faringite e depois para uma infecção bacteriana grave, que demandava uma cirurgia urgente. Mas Tancredo relutou em fazer a cirurgia, com receio de perder a posse. Na véspera, no entanto, seu quadro estava muito grave. Tancredo inexoravelmente perderia a posse, ou, pelo menos, era isso ou a morte certa. Começou então um impasse quanto à sucessão; quem tomaria posse seria Sarney, vice-presidente eleito, mas não empossado, ou Ulysses, presidente da Câmara dos Deputados? A concepção geral era de que quem deveria assumir a cadeira na vacância da presidência era o presidente da Câmara, mas Ulysses considerava que se ele assumisse, poderia abrir caminho para que Paulo Maluf reivindicasse o direito de ser empossado por ter sido o segundo colocado na disputa. A fim de contornar os possíveis problemas que sua posse despertaria, Ulysses interpretou o Artigo 77 da Constituição de 1967 de modo que o vice poderia ser empossado na ausência do presidente, o que teve o apoio de Leônidas Pires Gonçalves e a

suposta concordância do próprio Tancredo, com quem Ulysses teria conversado. Por fim, Sarney foi empossado, e João Figueiredo se recusou a entregar-lhe a faixa presidencial, saindo pela porta dos fundos do Palácio do Planalto. Assim começou o improvável Governo Sarney (FERREIRA, 2018).

2.4. O governo Sarney - democratização e hiperinflação

A verdade é que o mandato de Sarney desde o início não teve um único momento de paz. Em 1985 começou com o povo iludido e em luto pela morte do eleito Tancredo Neves e em 1989 com o povo revoltado pelas péssimas decisões tomadas em seu governo. Porém mesmo com a crise, era de unanimidade que a democracia apresentava a população um ânimo melhor que a recente ditadura. (CONTI, 1999)

Em 1986 Sarney tentou implementar o que seria chamado de “nova velha tentativa” de salvar a economia brasileira. Cortar os zeros, trocar a moeda, congelar os preços, não eram nada mais que medidas para adiar o pior, a megainflação. Quando esta chegou, o governo se perdeu de vez em sua incapacidade em administrar o país. As medidas econômicas como os reajustes fiscais usados em contextos excepcionais passaram a ser feitos quase que mensalmente, e até semanalmente. O brasileiro já havia se acostumado a ir comprar um produto por 500 cruzados de manhã, de tarde 750, de noite 1000 e no dia seguinte 2000. (FERREIRA, 2018)

Os problemas sociais também não foram resolvidos. A fome, a violência e o analfabetismo não só persistiram mas aumentaram. Assim, a crise não era só governamental como social. Mesmo com toda essa situação o país experimentava uma esperança pela nova constituição que haveria de dar ao povo a saída da miséria. Contudo, isso não ocorreu. Na verdade, a situação piorou, pois os políticos passaram a agir com interesses pessoais e o governo perdeu de vez o controle da inflação. (CONTI, 1999) “Quem quiser administrar no Brasil não pode levar em conta pleitos políticos e partidários, pois os partidos invariavelmente preferem atender suas conveniências eleitorais e não o interesse público.” (QUADROS,1987)

A esperança do brasileiro passou a ser não mais o governo vigente em 1989 e sim o próximo que viria. A eleição do novo governo passou a ser a única pauta falada nos jornais e revistas. Os jornalistas se cansaram de Sarney e esperavam alguém que mudasse os rumos do país. Nesse contexto, a imprensa seria decisiva para o novo presidente. O Brasil experimentava euforicamente o que muitos outros países vizinhos já haviam vivenciado, o poder do voto, o poder de mudar o país e acabar com todos os problemas nele existentes. (CONTI, 1999)

2.5. O contexto internacional no final dos anos 1980

O fim dos anos 80 foi marcado por muitas mudanças, mas talvez o mais emblemático acontecimento, e provavelmente aquele mais lembrado e associado com o que se convencionou chamar de Nova Ordem Mundial, tenha sido a Queda do Muro de Berlim. Embora a União Soviética só viesse a deixar de existir dois anos depois, muitos (inclusive os próprios Gorbachev e George H. W. Bush, que declararam “oficialmente” o fim da Guerra Fria, na Conferência de Malta, do mesmo ano) consideram que foi em 1989 que a ordem bipolar acabou, por uma série de fatores (BBC, 2005).

O processo, no entanto, lança suas raízes no ano de 1985, quando Mikhail Gorbachev assume o cargo de Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Seus primeiros atos foram a implementação da *glasnost* - reforma que tinha por objetivo aumentar a transparência dos processos políticos - e da *perestroika* - palavra russa para “reestruturação”, e por isso se entenda a reconstrução da economia soviética -, além de uma política externa completamente nova para um líder soviético: Gorbachev se mostrou disposto a negociar soluções pacifistas tão radicais quanto o compromisso de destruir todo o arsenal nuclear do planeta até a virada do milênio, o que surpreendeu líderes do Ocidente (FARIA et al., 2014).

Nesse sentido, foram feitos muitos avanços nos trilhos do desarmamento e da convivência pacífica entre capitalismo e socialismo (obviamente, como sabemos, as ideias mais radicais de Gorbachev não foram aceitas pelo Ocidente): em 1987 há a assinatura do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, que previa a eliminação dos mísseis balísticos de curto e médio alcance que as duas potências ocorressem ter, e em 1989 há a Conferência de Malta, na qual EUA e União Soviética discutem o futuro da Europa e se comprometem a não mais interferir em seus processos políticos. Além disso, os anos sob o regime de Gorbachev foram marcados pelo colapso dos regimes comunistas no Leste Europeu.

O primeiro país a se desvencilhar do Kremlin foi a Hungria, com a derrota do Partido Comunista Húngaro (PCH) nas eleições gerais organizadas sem o controle do Partido, em 1989; no mesmo ano caíram também os regimes socialistas na Bulgária e na Romênia, como num dominó. Parecia estar de fato findo o período de enfrentamento entre os dois regimes, uma vez que o governo soviético, diferentemente de todas as vezes até então (vide o que aconteceu com a Primavera de Praga, em 1958, e com a Hungria em 1956), nada fez para

coibir os protestos anticomunistas no Leste Europeu, e o bloco socialista parecia estar se esvaindo inexoravelmente até a disformidade total (FARIA et al., 2014).

Do outro lado do mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, há o surgimento de uma nova doutrina, que se convencionou chamar de neoliberalismo. Ainda que neoliberalismo seja um termo um tanto quanto difuso, é possível destacar alguns aspectos marcantes das ideias econômicas de Thatcher e Reagan: primeiro, por influência dos pensamentos principalmente do economista austríaco Friedrich Hayek, havia um certo otimismo quanto ao funcionamento do mercado, isto é, que ele deveria operar livremente sem regulações ou limitações para garantir os melhores resultados econômicos possíveis para a sociedade como um todo; segundo, havia a crença de que a estabilidade da moeda (ou seja, o controle da inflação) deveria ser a prioridade do governo (FARIA et al., 2014). Para que fosse possível colocar em prática essas duas ideias, então, era necessário, por um lado, reduzir os impostos para as empresas, estimulando assim - supostamente - o investimento privado, e, por outro, o equilíbrio orçamentário do governo por meio da redução de gastos públicos, com privatizações e cortes de benefícios a trabalhadores, a fim de compensar a perda da receita dos impostos (FARIA et al., 2014).

Em meio a essa conjuntura, o Brasil passa a adotar cada vez mais uma postura internacional pragmática, com a aproximação com os vizinhos latino-americanos, por meio da criação do Grupo do Rio, formado por México, Peru, Panamá, Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela, em 1986, e reata relações diplomáticas com Cuba, no mesmo ano, e com o Vietnã em 1989.

2.6. A Constituinte de 1987

Como vimos na seção 2.3, a campanha popular pelas eleições diretas acabou derrotada pela rejeição da emenda Dante de Oliveira. Sua derrota logo impulsionou uma nova campanha, dessa vez pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que Tancredo, e posteriormente Sarney, se comprometeram a convocar. Em 18 de julho de 1985, Sarney instituiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que tinha por objetivo escrever um protótipo de Constituição a servir de molde para a Constituinte.

A Comissão ficou conhecida como “Comissão dos Notáveis” por reunir nomes de peso do pensamento brasileiro do século XX, como Celso Furtado, Gilberto Freyre, Miguel Reale, Jorge Amado e Cândido Mendes, sendo presidida por Afonso Arinos de Melo Franco. Apesar do prestígio que logravam os integrantes da Comissão, ela era vista como a negação da luta popular pela democracia, uma vez que, bem ou mal, ela nada mais era do que um

grupo fechado de homens indicados pelo presidente da República - que, diga-se de passagem, não foi eleito pelo voto popular e contrariou publicamente o movimento das Diretas Já - para conduzir a nova Constituição a um caminho “seguro” (FERREIRA, 2018).

Além da polêmica em torno da Comissão de Notáveis, Sarney acabou por criar outra: na contramão do que reivindicavam os movimentos populares pela Assembleia Constituinte, de que essa tivesse exclusivamente a função de elaborar a Constituição, o presidente convocou uma Constituinte Congressional: na prática, o que ficou decidido foi que além dos deputados e senadores eleitos nas eleições de 1986, também participariam da Assembleia os senadores eleitos em 1982, que, pelas regras do Senado Federal, teriam seu mandato até 1990. Essa medida foi uma forma de conter até algum ponto a influência que os movimentos progressistas pudessem ter sobre a nova Constituição: a maioria desses senadores foi eleita pelo Arena, o partido da ditadura. É importante destacar que dos 559 eleitos, apenas 26 eram mulheres e nenhuma delas era senadora. A Assembleia foi presidida por Ulysses Guimarães, que à época era presidente da Câmara, e encerrou seus trabalhos em 22 de setembro de 1988. (SENADO FEDERAL, 2008).

Os principais pontos levantados pela nova Constituição foram o reconhecimento de Direitos e Garantias Fundamentais por meio do mais célebre artigo da CF, o artigo 5º, que institui como direitos invioláveis a liberdade, a segurança, a igualdade, a propriedade e a vida, por meio da livre manifestação do pensamento e de crença, além de instituir que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante” pela forma da lei, e que a propriedade deverá cumprir sua função social. A saúde e a previdência social também foram instituídas como direitos fundamentais, tendo o Estado a obrigação de prover esses serviços de forma universal e igualitária (BRASIL, 1988).

2.7. Enfim diretas - antecedentes das eleições presidenciais de 1989

O compromisso com as eleições diretas estava firmado, e, portanto, sua realização era dada como certa. O que era incerto, no entanto, eram as questões acerca do calendário eleitoral (CARVALHO; FREIRE, 2018). Primeiramente, havia um impasse quanto à duração do Governo Sarney. Quando fossem estabelecer qual o tempo de mandato, um dilema se apresentaria aos constituintes: serem mantidos os 6 anos do regime militar ou ser o mandato encurtado para 4 ou 5 anos. Era reconhecido que Sarney não tinha estrutura para governar por 6 anos, pela natureza de seu governo de acordo com variadas forças políticas, visto como um período de transição rápida para um regime democrático institucional baseado em eleições diretas (IDEM, 2018). Sarney, com o apoio de setores conservadores da sociedade - alguns

setores militares e grupos da centro-direita na Constituinte - passou a defender explicitamente um governo de 5 anos (IDEM, 2018), e acabou vencendo o embate, ficando estabelecido que as eleições ocorreriam em 1989. Restaria, então, definir quais seriam as regras das eleições.

É importante destacar as consequências da Emenda Constitucional nº 25, de maio de 1985 (no caso, à Constituição de 1967), que facilitou a criação de partidos e puderam registrar-se, à esquerda, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), e, à direita e ao centro, os partidos da Frente Liberal (PFL), Liberal (PL) e o Democrata Cristão (PDC), além de, durante o processo constituinte, terem sido formados outros partidos, como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), uma dissidência do MDB, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN, que viria a ser o partido de Fernando Collor), e o Partido Trabalhista Renovador (PTR) (FLEISCHER apud CARVALHO; FREIRE, 2018). Essa questão explica, em parte, por que houve tantas candidaturas nas eleições de 1989, segundo os autores Américo Freire e Alessandra Carvalho. Um outro fator a ser levado em conta era a baixa popularidade do governo Sarney, que, pela leitura que provou-se acurada dos agentes políticos, não conseguiria pavimentar o caminho para um sucessor natural. Devido a isto, os partidos considerados de menor relevância decidiram apostar no fator surpresa.

A instituição da eleição em dois turnos também foi um importante fator na decisão dos partidos. No primeiro turno, havia a possibilidade de expor a legenda e concorrer por um lugar no segundo pleito, e neste, com os cenários mais definidos, seria hora de agir de forma mais lógica e pragmática (CARVALHO; FREIRE, 2018).

Lançadas as bases da disputa, o pleito do primeiro turno das eleições de 1989 ocorreu em 15 de novembro de 1989, no exato dia do centenário da Proclamação da República, e o segundo ocorreu em 17 de dezembro do mesmo ano.

3. Principais candidatos, partidos políticos e programas

3.1. “O caçador de marajás” - Fernando Collor de Mello e o Partido da Reconstrução Nacional (PRN)

Fernando Affonso Collor de Mello nasceu em 12 de agosto de 1949 no Rio de Janeiro. A política esteve presente em sua vida desde os primeiros momentos, em função da atuação de sua família nesse contexto. Lindolfo Collor, seu avô, esteve sempre associado ao âmbito político; foi membro da Aliança Liberal, parceiro de Vargas e seu ministro do trabalho, rompeu com o mesmo e participou da "Revolução Constitucionalista de 1932". Arnon Afonso

de Farias Mello, seu pai, elegeu-se suplente de deputado federal em 1945 pela UDN, e em 1950 fez-se governador de Alagoas pelo mesmo partido. Em 1962, como membro do Partido Democrata Cristão (PDC) foi eleito senador e reeleito em 1970 pela ARENA. Tornou-se "senador biônico" em 1978 e faleceu em 1983, antes que os 8 anos de mandato chegassem ao fim. (MENGARDA, 2015)

Para além da influência política, a família Collor de Mello era destaque no ramo empresarial, sendo muito presente no Nordeste, principalmente no estado de Alagoas. Fernando Collor foi prefeito de Maceió e, entre os anos de 1987 e 1989, governador de Alagoas. (MENGARDA, 2015)

Enquanto governador de Alagoas, Collor começava a preparar o território para o lançamento de sua candidatura à presidência. Para que isso acontecesse, sabia que seria preciso que seu nome e seu partido, o PRN (Partido da Reconstrução Nacional), ganhassem destaque. Collor passou a construir uma ampla rede de contatos dentro dos grandes veículos nacionais de comunicação, passando a ganhar visibilidade de alcance nacional. (GUILHERME, 2016) Empreendeu uma série de críticas ao altamente impopular governo Sarney, logo consolidando a fama de "caçador de marajás", apelido que recebeu da imprensa nacional. No dia 22 de abril de 1987, aos 37 anos, seu rosto estampava as páginas da revista "Veja", sob o título "Vou acabar com os marajás: O governador de Alagoas fala de sua vitória contra os funcionários milionários e promete manter sua cruzada moralizadora". (MENGARDA, 2015)

Suas aparições na mídia tornaram-se recorrentes. No dia 23 de março de 1988 estreava na capa da revista "Veja", sob o título "Collor de Mello: o caçador de marajás", mesma edição na qual foi apresentado como potencial candidato ao cargo de presidência da República, nas eleições do ano seguinte. Sua imagem passou a ser associada à de um político jovem, atlético e atraente, com forte apelo estratégico a um novo grupo eleitoral que se estabeleceria: o feminino (CORRÊA, 2019).

Com sua candidatura lançada, Collor tornou-se imediatamente líder nas pesquisas de intenção de voto, tendo sua popularidade sempre evidenciada pela mídia. Construiu-se, ainda, a ideia de que Collor seria o responsável por trazer ideias frescas para o Brasil, pondo fim às políticas ultrapassadas; essa imagem concordava com a proposta de um "Brasil moderno" no programa político de Collor, que consistia basicamente em uma série de propostas neoliberais, embora direcionasse seu discurso às camadas populares. (GUILHERME, 2016)

Nota-se que o PRN era um partido de baixa expressão eleitoral até a entrada de Fernando Collor em 1989, antes disso, o partido era denominado PJ (Partido da Juventude) e

Collor era membro do PMDB. Essa mudança ocorre pois o presidenciável, apesar de ter mostrado uma grande habilidade política posteriormente, sabia que não teria uma vaga para candidatura em um partido com tantos quadros históricos quanto o PMDB, tornando-se necessário buscar uma outra alternativa. Sendo assim, essa visão de um candidato novo com propostas novas em um partido novo permeou toda a campanha de Collor que se postava como uma alternativa à "velha política" nacional. Portanto, em certas análises, Collor é visto como um inimigo tanto da esquerda quanto da direita tradicional, representando um novo paradigma político. (COUTO, [2022?])

Em seu programa oficial o PRN se define como um partido conservador liberal democrático, sendo crítico ao passado Governo Sarney por sua inabilidade na gerência de crises e pelo seu sucateamento da estrutura Estatal. A partir desses preceitos o Partido procura uma política de desestatização e diminuição do protecionismo aliada com uma introdução do capital estrangeiro e da ordem neoliberal no país. Prega pelas liberdades individuais e um aumento da característica federalista do Brasil, expandindo as autonomias dos estados em contraposição a uma centralização do poder. Ademais, advoga no campo moral pelos antigos valores da família ligados à tradição católica. (COUTO, [2022?])

3.2. “O sapo barbudo” - Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores (PT)

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu no dia 27 de outubro de 1945, em Garanhuns, no interior de Pernambuco, em uma família de lavradores. Sétimo de oito filhos, migrou com sua mãe e irmãos para o litoral paulista aos sete anos de idade, onde estabeleceram-se em Vicente de Carvalho, bairro pobre do Guarujá, na busca por melhores condições de vida.

Foi alfabetizado ainda no Guarujá e, em 1956, migrou para São Paulo junto de sua família, onde passaram a viver em um único cômodo. Aos 14 anos foi admitido no curso técnico de torneiro mecânico pelo SENAI. Com a vinda das multinacionais, atraídas pelas políticas do então presidente Juscelino Kubitschek, Lula passa a exercer a nova profissão em fábricas da região. Aos 17 anos, foi vítima de um acidente de trabalho numa prensa hidráulica, o que levou à perda do dedo mínimo da mão esquerda. (OLIVEIRA, 2008)

Após o golpe militar, convencido por seu irmão José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico, militante do clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB), Lula começa a frequentar reuniões do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Aos 22 anos, o verdadeiro interesse pelo meio político começa a surgir, quando, insatisfeito com o novo sistema de trabalho adotado pela empresa em que trabalhava, procura o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, passando a frequentar um curso de capacitação sindical,

formador de lideranças. É eleito suplente do diretor do sindicato no início de 1969, dando o primeiro passo em sua trajetória de líder político e sindical. (OLIVEIRA, 2008)

Aos 23 anos, casou-se pela primeira vez. Dois anos depois, perdeu a mulher grávida de oito meses. Tornou-se mais envolvido com o trabalho, buscando esvair-se da profunda tristeza. Habilidoso e carismático, Lula é convidado a ocupar um cargo na diretoria do sindicato em 1972, afastando-se de suas ocupações na fábrica. Casa-se pela segunda vez em 1974, com Marisa Leticia. Em 1975, aos 29 anos, torna-se presidente do sindicato com 92% dos votos, passando a representar 100 mil trabalhadores. (OLIVEIRA, 2008)

Em 1978 é reeleito presidente e, entre 1978 e 1980, liderou greves gerais que alcançaram grandes proporções, consagrando-se como um grande opositor ao cenário político da época. Em 1979 recebe destaque internacional, ao protagonizar uma matéria na revista estadunidense "Newsweek", intitulada "O herói da classe trabalhadora" (SILVA, 2005). A onda de greves iniciada pelos metalúrgicos no ABC paulista, ao fim da década de 1970, ganhou maior alcance nos anos seguintes. Diferentes categorias profissionais passaram a se envolver, dando origem ao que ficou conhecido como "novo sindicalismo", movimento no qual Lula ocupava posição de protagonismo (MACIEL, 2013).

Incomodado com a falta de representação dos interesses dos trabalhadores, estabeleceu como meta a criação de um partido que permitisse aos mesmos a conquista de espaço no âmbito político, como forma de assegurar seus direitos. A partir dessa ideia, juntamente de outros líderes sindicais, Lula criou o Partido dos Trabalhadores (PT). Em seu princípio, o Partido dos Trabalhadores era constituído por diferentes grupos sociais de esquerda. Além do movimento sindical, havia também adesão por parte de grupos revolucionários trotskistas, que haviam atuado na frente radical de enfrentamento à ditadura. Para eles, a criação do PT representava a concretização da proposta de emancipação descrita por Marx no manifesto socialista. Outro grupo a se fazer presente na constituição do Partido dos Trabalhadores eram os militantes da esquerda católica, seguidores da teologia da libertação (REIS, 2007).

Em 10 de fevereiro de 1980, sindicalistas, revolucionários marxistas, intelectuais de esquerda e setores progressistas da Igreja Católica reuniram-se no Colégio Sion, em São Paulo, para consagrar a fundação do Partido dos Trabalhadores (REIS, 2007). A criação do PT representa a conquista de um novo espaço institucional por tais setores da sociedade brasileira. Como efeito de sua pluralidade, o Partido dos Trabalhadores precisaria conciliar, em seus programas de governo, os interesses diversos de suas partes componentes (MACIEL, 2013).

A primeira metade dos anos 1980 foi fortemente marcada pela movimentação social. As lideranças petistas ocupavam posição de destaque nas greves que rapidamente se alastraram. Em 1981, o Partido dos Trabalhadores teve sua primeira Convenção oficial. Nesse encontro, o PT foi caracterizado por Lula como um partido socialista democrático; distanciava-se de uma prática autoritária e seria conquistado pela autonomia da classe trabalhadora. Além disso, definiu como base o combate ao desemprego, a reforma agrária e a apresentação de candidatos para eleições de todos os cargos e circunscrições do país.

O 2º encontro nacional do PT ocorreu em abril de 1982, e nele foram definidas a *Plataforma Política* e a *Carta Eleitoral do PT*. A *Plataforma Política* abordava as principais questões de trabalhadores urbanos e rurais. Nela foram enfatizadas a necessidade do não adiamento da reforma agrária e o auxílio à produção camponesa como um dever do Estado (MACIEL, 2013). Em 15 de novembro de 1982 seriam realizadas eleições diretas para governadores; também seriam eleitos representantes para os cargos de prefeitos, vereadores e deputados federais e estaduais. Esse cenário permitiu que o PT tivesse sua primeira experiência eleitoral, norteado pelo lema de "trabalho, terra e liberdade". Lançou candidatos ao governo de quase todos os Estados brasileiros, inclusive o próprio Lula, que concorreu ao cargo de governador de São Paulo, terminando a disputa como quarto candidato mais votado. Ao fim desse período, o Partido dos Trabalhadores sucedeu ao eleger 8 deputados federais, 12 estaduais e 117 vereadores por todo o território brasileiro. (REIS, 2007)

Como resultado da forte movimentação por parte dos sindicalistas, formou-se, em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), uma entidade sindical e aliada ao PT, embora o vínculo entre essas entidades não seja institucionalizado (REIS, 2007). No mesmo ano, o Partido dos Trabalhadores promoveu o primeiro grande comício das Diretas Já. Ao lado do PMDB e do PDT, o PT integrou o Comitê Nacional Pró-Diretas. Após o fracasso do movimento na promoção de eleições diretas em 1985, o Partido dos Trabalhadores se recusou a participar no Colégio Eleitoral de 1985, como forma de protesto (MACIEL, 2013).

Durante o governo Sarney, o PT se empenhou em denunciar o Plano Cruzado e contribuiu para a aprovação de uma Constituição que se comprometia com os valores do Estado de bem estar social e com concepções nacional-estatistas (MACIEL, 2012). O PT e a CUT assumiram posição central nas denúncias e protestos; o Partido dos Trabalhadores ganhava visibilidade e apoio no cenário político-eleitoral, dobrando sua presença na câmara dos deputados em 1986. Lula torna-se o deputado federal mais votado do Brasil, atuando na formulação da Constituinte e lutando pela inclusão de direitos sociais e civis. A união com os demais deputados de esquerda permitiu conferir à Constituição um caráter progressista,

comprometida com o Estado de bem-estar social e com concepções típicas da esquerda brasileira (REIS, 2007).

A bancada petista lutou pela autonomia sindical, pela jornada de seis horas para turnos de revezamento e pelo direito à greve. Além disso, encaminhou propostas de sindicatos, movimentos sociais, entidades da sociedade civil e setores marginalizados da sociedade. No entanto, por ir contra ao seu programa partidário, o PT se recusou a votar o texto constitucional, embora tenha posteriormente reconhecido-o como legítimo (MACIEL, 2013).

Em 1987, o Partido dos Trabalhadores reunia-se em seu 5º Encontro Nacional, no qual foi aprovado um programa que apresentava como pontos básicos:

- “-Reforma administrativa, saneando os serviços públicos, aumentando sua eficiência através de concurso público e de um plano de carreira e escala de vencimentos.
- Liberdade de associação, organização, manifestação de opinião, organização partidária e autonomia sindical com direito de greve;
- Pelo rompimento com o FMI; pela realização de auditoria interna e contra o pagamento da dívida externa;
- Reforma tributária como instrumento para aumentar a arrecadação de impostos e distribuir renda, gravando o capital, a grande propriedade territorial, as heranças e as doações; [...]
- Direito ao ensino público e gratuito em todos os níveis para todos, com a proibição de o Estado destinar verbas para escolas privadas;
- Criação de um sistema único de saúde estatal [...] estatização da indústria farmacêutica;
- Estatização dos serviços de transportes coletivos; [...]
- Estatização do sistema financeiro, garantindo crédito ao pequeno e médio produtor agrícola e industrial;
- Reforma agrária sob controle dos trabalhadores, com fixação de módulo máximo da propriedade rural regional e definição de planos agrícolas com a participação dos trabalhadores; [...]
- Direito aos trabalhadores de se organizarem em comissões de empresas e acesso dos trabalhadores às informações econômicas e contábeis das empresas;
- Política de elevação dos salários [...]
- Jornada semanal máxima de 40 horas, sem redução dos salários;
- Estabilidade no emprego.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998)

Com a volta das eleições diretas em 1989, o Partido dos Trabalhadores lança Luiz Inácio Lula da Silva como candidato ao cargo de Presidente da República. O programa de governo de Lula pelo Partido dos Trabalhadores é fortemente marcado por um ideal de ruptura com o modelo econômico vigente durante o regime militar. O mesmo priorizava a liberdade de organização dos trabalhadores, a autonomia de suas organizações e o direito irrestrito à greve como condições essenciais para a sua atuação como cidadão e para a efetiva incorporação de seus interesses às políticas governamentais (MACIEL, 2012).

O modelo econômico proposto caminhava no sentido oposto da política em vigor, defendendo a não subordinação ao sistema capitalista neoliberal internacional. O Partido dos

Trabalhadores defendia, também, o não pagamento da dívida externa, fator visto por seus membros como essencial para o exercício ativo da soberania no Brasil.

A reforma agrária era um tópico de grande relevância dentro do programa político petista, considerada essencial para a formação de uma sociedade "mais justa e democrática". Além disso, prometia a criação de linhas de crédito e programas de financiamento para pequenos trabalhadores rurais (MACIEL, 2013).

Em relação a educação, era proposta a ampliação da rede pública, visando a democratização da educação, sendo esta compreendida como um dever do Estado, juntamente com a família. O PT visa construir uma sociedade que promova mudança no papel do Estado; o governo deveria ser organizado pelos trabalhadores e para os trabalhadores. É dever do governo garantir ao brasileiro o direito à cidadania (MACIEL, 2012). O PT propôs uma reforma geral do Estado, com forte envolvimento dos trabalhadores na esfera pública. O programa era constituído por um forte reformismo, visando a construção do socialismo no Brasil (MACIEL, 2013)

3.3. “O caudilho Leonel” - Leonel de Moura Brizola e o Partido Democrático Trabalhista (PDT)

Leonel de Moura Brizola, nascido em 1922 em Carazinho, município interiorano do Rio Grande do Sul, esteve sempre envolvido com a política. Quando tinha menos de um ano, vivenciou o assassinato do seu pai durante a Revolução Gaúcha de 1923, evento que propiciou à sua família uma série de problemas financeiros, forçando o jovem Leonel a desde cedo exercer uma série de trabalhos concomitantes aos estudos para apoiar a renda familiar (FERREIRA, 2011). Apesar das dificuldades, diplomou-se como técnico rural pelo Instituto Agrícola de Viamão em 1939 e posteriormente graduou-se em engenharia pela Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul em 1949. Foi durante seus estudos na universidade onde Brizola iniciou sua atuação política, aderindo ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Getúlio Vargas, criado pelo ex-presidente para carregar a frente as bandeiras do varguismo e do trabalhismo no Brasil recém-democratizado do pós-Estado Novo. Brizola estruturou a Ala Moça, braço de juventude do PTB, do qual se tornaria o primeiro presidente (BRAGA et al., 2005, p. 25; KELLER et al., 2010).

Ainda estudante da faculdade de engenharia, ganhou sua primeira eleição ao eleger-se deputado estadual nas eleições gerais de 1947, defendendo através do seu mandato pautas de interesse do movimento estudantil e da população pobre de Porto Alegre, e se reelegendo em 1950, desta vez como líder da bancada trabalhista na assembléia estadual gaúcha. Nesse

período também se casou com Neusa Goulart, irmã do também deputado estadual e futuro presidente da república João Goulart, de quem Brizola se tornaria um fiel amigo e aliado político. Getúlio Vargas foi o padrinho do casamento (FERREIRA, 2011). Após uma mal-sucedida tentativa de eleger-se Prefeito de Porto Alegre em 1951, Brizola atuou como secretário de obras públicas do governo estadual durante a gestão de Ernesto Dornelles e se elegeu deputado federal em 1954, onde destacou-se pela sua oposição à União Democrática Nacional (UDN), partido político de orientação conservadora e anti-varguista (KELLER et al., 2010). Em 1955, elegeu-se prefeito de Porto Alegre e fez uma gestão voltada para a classe trabalhadora da cidade, promovendo projetos de saneamento, urbanização e a expansão da rede pública de educação nos bairros populares, sempre em constante articulação com as entidades sindicais locais (BRAGA et al., 2005, p. 41; KELLER et al., 2010).

A ampla popularidade de sua gestão garantiu à sua nomeação pelo PTB para concorrer ao cargo de governador do Rio Grande do Sul em 1958, ganhando a eleição e assumindo o cargo no ano seguinte. O governo Brizola (1959-1963) implantou uma série de medidas visando a melhoria do bem-estar da população e o desenvolvimento econômico do estado. O principal e talvez mais polêmico momento da gestão foi a nacionalização de uma série de empresas estrangeiras que foram reorganizadas como empresas públicas. Isso colocou Brizola em rota de colisão direta com os interesses do governo estadunidense que o identificava como um elemento chave da suposta “ameaça comunista” no Brasil. As nacionalizações fizeram com que o governo do presidente John F. Kennedy ameaçasse cortar apoio financeiro cedido pelos EUA ao governo brasileiro (BRAGA et al., 2005; MAURER, 2013). Outras duas questões das quais o governo de Brizola foi especialmente atento foram a educação pública e a reforma agrária. Na educação, o governo estadual firmou acordos com os municípios e a iniciativa privada para construir mais de 6 mil escolas - apelidadas carinhosamente de *brizoletas* - espalhadas por todo o estado, fazendo com que o Rio Grande do Sul tivesse a mais alta taxa de escolaridade do país (FILHO, 2008). A reforma agrária foi outro campo no qual o governo foi muito ativo ao promover, a partir do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, a distribuição de milhares de títulos de terras para agricultores pobres, assentando várias famílias e oferecendo apoio técnico e financeiro aos pequenos agricultores (FILHO, 2008; BRAGA et al., 2005).

Porém, o evento mais importante da gestão foi a defesa de Brizola pela posse de João Goulart em 1961 (a chamada “campanha da legalidade”) que, após a renúncia repentina do presidente Jânio Quadros, encontrava-se ameaçada por setores golpistas das forças armadas e da política conservadora. Brizola, junto a setores legalistas da Brigada Militar do Rio Grande

do Sul, organizaram a Cadeia da Legalidade, uma cadeia de rádio de projeção nacional organizada para difundir o sentimento legalista e enfraquecer o golpe em curso; também se armou e preparou a Brigada Militar para combater de mão armada os militares rebelados. A campanha liderada por Brizola ajudou a desarticular o golpe e garantiu a posse de João Goulart em setembro de 1961 concomitante à implementação de um regime político parlamentarista (FERREIRA, 2011).

Terminado o seu mandato de governador, mudou seu domicílio eleitoral para o recém-criado Estado da Guanabara e se elegeu novamente Deputado Federal pelo PTB, dessa vez conquistando mais de 269 mil votos, tornando-se o Deputado mais votado da história do país até então. Com o golpe militar de 1964, Brizola - após uma breve tentativa de resistência - teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional N1 e foi forçado a exilar-se no Uruguai, onde permaneceu com a família pelos próximos 10 anos. Quando o próprio Uruguai tornou-se uma ditadura militar nos anos 1970, se retirou para os Estados Unidos de onde posteriormente rumou para Portugal, país recentemente democratizado após os eventos da Revolução dos Cravos em 1974 (BLACK, 1995).

Em Portugal, apoiado por Mário Soares (ministro das relações exteriores e líder do Partido Socialista português), Brizola organizou o 'Encontro dos Trabalhistas do Brasil com os Trabalhistas do Exílio', mais conhecido como o Encontro de Lisboa, em 1979. Naquele mesmo ano, Brizola e os demais exilados políticos foram beneficiados pela Anistia Geral dada pelo regime, retornando ao país após 15 anos no exterior.

De volta ao Brasil, Brizola e os seus aliados buscaram refundar o antigo PTB como uma sigla firmemente pertencente a esquerda socialista, sendo frustrados em seus esforços quando o direito de uso da sigla é entregue pelo governo militar a sobrinha de Getúlio Vargas, Ivete Vargas, vista então como uma amiga do regime. Desprovido de sua sigla histórica, os trabalhistas de esquerda optaram por fundar um novo partido, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), agremiação da qual Brizola se tornou líder; passou a disputar a liderança da esquerda brasileira, rivalizando especialmente com o novo sindicalismo representado pelo recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) (BRAGA et al., 2005). Pelo seu novo partido, Brizola novamente se mudou para o Rio de Janeiro, concorrendo em 1982 ao cargo de governador - elegeu-se, tendo o famoso antropólogo Darcy Ribeiro como seu vice, apesar de tentativas por parte de grupos políticos e midiáticos rivais de fraudarem os resultados (BRIGAGÃO e RIBEIRO, 2015). Governando o estado entre 1983 e 1987, Brizola promoveu um amplo conjunto de políticas públicas bem sucedidas que tornaram a sua gestão um marco de referência. O principal campo de atuação foi no âmbito da educação, onde planejou e

implantou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs): centenas de grandes escolas presentes em todo o estado que ofereciam tratamento médico, alimentação, atividades recreativas e assistência social concomitante a uma jornada de ensino integrada (RIBEIRO, 1986). Outras importantes realizações do seu governo incluem a construção do Sambódromo, a implementação de centenas de casas de cultura e clínicas hospitalares, a realização de obras para a melhoria de vida nas favelas do Rio e a legalização de centenas de lotes habitacionais que, até então, eram irregulares. Brizola continuou sua militância em prol da redemocratização do país, militando a favor da campanha das Diretas Já e posteriormente apoiando a candidatura de Tancredo Neves à presidência (KELLER et al., 2010). Sua gestão, porém, não foi sem controvérsia uma vez que: limitou em muitos aspectos as prerrogativas de atuação da polícia militar no estado, sob a justificativa de que essa atuava de maneira truculenta com a população pobre; e foi acusado de ter contribuído para o crescimento das estatísticas de violência e o crescimento de organizações criminosas, especialmente o Comando Vermelho (CV) (BRAGA et al., 2005).

Terminado o seu mandato como governador, passou a dedicar-se às suas atividades como líder do PDT e a coordenação dos parlamentares do partido na Assembléia Nacional Constituinte. Em abril de 1989, foi apresentado pelo PDT como candidato do partido às eleições presidenciais daquele ano - naquela época, dispunha de aproximadamente 19% das intenções de voto; estava então em primeiro lugar, mas rapidamente viria a sua popularidade ameaçada pela entrada de Fernando Collor de Mello na disputa e a constante rivalidade com Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, pelo eleitorado de esquerda (KELLER et al., 2010).

O Partido Democrático Trabalhista (PDT), tornou-se uma das principais agremiações partidárias do Brasil. O pensamento político do PDT se estrutura em torno do conceito de trabalhismo - a ideologia política praticada por Getúlio Vargas e posteriormente o antigo Partido Trabalhista Brasileiro, que era por sua vez inspirada na doutrina social da igreja católica, no socialismo “utópico” defendido por intelectuais como Saint Simon e no trabalhismo inglês (WITKOWSKI; FREITAS, 2020, p. 90).

O PDT trouxe de volta os ideais tradicionalmente defendidos pelo trabalhismo - defesa da soberania nacional, implantação de direitos sociais, nacionalismo econômico - mas com uma guinada mais à esquerda e mais evidentemente socialista. No caso, o socialismo moreno, tal qual defendido por Brizola e o PDT, é interpretado como uma adaptação do pensamento socialista às realidades culturais e econômicas do Brasil (BRUST, 2020). A Carta de Lisboa, por exemplo, considerada a carta-fundadora do programa político do partido, descreve que é dever dos trabalhistas a construção no Brasil de uma “sociedade socialista,

fraterna e solidária, em Democracia e em Liberdade” (RIBEIRO, 2017). A Carta de Mendes, documento redigido pela direção nacional do partido em 1983, é ainda mais explícita nesse campo, declarando que “o PDT assume, com inabalável e definitiva convicção e firmeza, pelo seu programa, sua prática e objetivos, a causa do socialismo democrático no Brasil” (PDT, 1983). Se estruturando a partir da redemocratização política que seguiu o fim da ditadura, e tomando como inspiração as experiências da social-democracia europeia (o partido se tornou, inclusive, membro da Internacional Socialista), o PDT se coloca no campo do socialismo reformista, buscando chegar ao poder por vias democráticas para poder assim efetuar as reformas sociais e econômicas visadas (PDT, 1983; BRUST, 2020).

3.4. As demais candidaturas de maior relevância

Ao todo, para além de Lula, Collor e Brizola, outros 19 diferentes candidatos iriam concorrer ao cargo de Presidente da República durante as eleições, totalizando 22 candidatos. Alguns deles eram figuras renomadas e conhecidas da política nacional que, com a redemocratização do país, buscavam o cargo mais alto da república. Era o caso, por exemplo, do senador Mário Covas Júnior, que rapidamente se consagrou como o quarto colocado nas pesquisas. Covas foi, durante muitos anos, deputado federal pelo MDB, tendo o seu mandato cassado pelo AI-5 e ficando uma década afastado da política. Com a anistia, recuperou os seus direitos políticos e ingressou no novo PMDB, sendo nomeado pelo governador do estado de São Paulo, Franco Montoro, para atuar como prefeito da capital do estado; manteve esse cargo até 1986, quando se elegeu senador constituinte por São Paulo. Sua passagem pela constituinte foi marcante: primeiramente, por seus posicionamentos “nacionalistas e estatizantes”, atuando muito próxima à esquerda na defesa de várias pautas, e em segundo lugar por ter sido um dos protagonistas da ruptura entre a ala progressista do PMDB e o restante do partido. Nesse momento, Covas, junto a outros políticos como Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, José Serra e Ciro Gomes, deixaram o partido para formar uma nova agremiação, o Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, partido pelo qual Covas concorrerá à presidência em 1989 (VELÁSQUEZ; ALDÉ; TEDESCHI, 2010).

Outro importante político pleiteando a vaga da presidência é Ulysses Guimarães, o famoso “doutor diretas”. Consistentemente eleito deputado federal por São Paulo desde 1951, Ulysses, apesar de ter apoiado o golpe militar em seus primórdios, rapidamente se tornou um dos mais importantes opositores do regime através da sua atuação como líder do MDB, se tornando presidente nacional do PMDB após a formação desse partido. Militou ativamente em prol da campanha das diretas já e a eleição de Tancredo Neves, sendo eleito presidente da

Câmara dos Deputados em 1985 e líder da Assembleia Nacional Constituinte a partir de 1987. Apesar de ser muito reconhecido por sua vida pública e ter sido um dos articuladores do processo de redemocratização, Ulysses tem encontrado dificuldades em sua campanha devido a alta impopularidade de José Sarney, de cujo governo o deputado é um apoiador e pelo fato de ambos dividirem o mesmo partido político, o PMDB, responsabilizado por muitos pela vigente crise econômica. Portanto, apesar do seu histórico, a campanha de Ulysses tem angariado pouco apoio popular (PANDOLFI, 2010).

Por fim, dentre os maiores candidatos, temos também a candidatura de Paulo Maluf à presidência pelo Partido Democrático Social (PDS). Engenheiro por formação, Maluf iniciou sua carreira política durante a ditadura militar como um aliado do regime, militando na ARENA e, através desta, ocupando os cargos de prefeito de São Paulo (1969-1971), secretário de transportes (1971-1975) e governador do estado de São Paulo (1979-1982). Eleito deputado federal em 1982, foi o candidato do governo militar para suceder o Presidente Figueredo nas eleições do colegiado eleitoral, porém perdendo para Tancredo Neves após uma grande dissidência de membros do PDS se oporem a sua candidatura. Depois disso, disputou sem sucesso mais duas eleições, a de governador de São Paulo em 1986, perdendo para Orestes Quécia do PMDB, e a de prefeito de São Paulo em 1988, perdendo para Luiza Erundina do PT (CAMPOS; ALDÉ; BASTOS, 2010).

Haviam, é claro, muitos outros que também disputavam o cargo. No campo da direita, o candidato do Partido da Frente Liberal (PFL), por exemplo, era Aureliano Chaves, ex vice-presidente da República durante o governo Figueiredo, que buscou a fundamentação de uma candidatura conservadora com renovada participação dos militares. O empresário e deputado federal Guilherme Afif, anteriormente também filiado ao PFL, lançou sua candidatura ao Planalto pelo Partido Liberal (PL) em coligação com o Partido Democrata Cristão (PDC). O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), apesar de dividido entre oferecer apoio a Collor ou a Brizola, acabou lançando candidatura própria através do senador paranaense Affonso Camargo. Vingam certos rumores de que o famoso apresentador de televisão e empresário Silvio Santos, dono do SBT, estaria interessado em se candidatar, porém ainda não fez nenhuma articulação pública acerca desse assunto. Pela esquerda, o Partido Verde (PV) lançou a candidatura do jornalista, ex-guerrilheiro e ex-militante petista Fernando Gabeira; originalmente o PV integrava a Frente Brasil Popular e indicava apoio a candidatura de Lula, apenas abandonando a coligação quando Gabeira foi preterido da indicação à vice-presidência na chapa de Lula. Outro candidato foi Roberto Freire, advogado e deputado federal pernambucano, que concorreu sob a bandeira do recém legalizado Partido

Comunista Brasileiro (PCB). Além desses, haviam muitos candidatos “nanicos”, pouco conhecidos e oriundos de partidos insignificantes, sendo o mais conhecido o candidato Enéas Carneiro, do PRONA (Partido de Reedificação da Ordem Nacional), que se tornou conhecido por suas propostas ultra-nacionalistas e personalidade bombástica (GUILHERME, 2019). Um registro completo de todos os candidatos e coligações que concorreram nesta eleição encontra-se no Anexo II deste guia.

4. Tópicos de discussão e debate

4.1. Crise econômica e megainflação

Durante o regime militar, o Brasil foi marcado por planos econômicos pouco sustentáveis a longo prazo, obras com um custo-benefício duvidoso, como a rodovia transamazônica, mas que, em um primeiro momento, geraram o conhecido milagre econômico. Por outro lado, os altos gastos combinados a uma escassez de capital nacional trouxeram um elevado endividamento externo à economia. (PACHECO, 2019)

Com o Segundo Choque do Petróleo em 1979 - consequência da Revolução Iraniana - e um aumento nas taxas de juros internacionais em 1970 - fruto dos esforços dos EUA para controlar a sua inflação interna -, o Brasil, que era um grande importador de petróleo e devedor internacional, entrou em uma crise econômica que transformou os anos 80 na “Década Perdida”. (SIMONARD, 2022)

Com o fim da década, a conta chegou. Em 1982, houve a moratória Mexicana, quando o governo do México declarou que não tinha condições de pagar sua dívida externa. O FMI, então, começou a exigir que os países pagassem o mais rápido possível suas dívidas. (BATISTA, 1999) A década de 80 foi marcada por profundos desequilíbrios econômicos. Evidências que mostram esse processo é a taxa de crescimento média da economia brasileira, baixíssima, de 2,1% ao ano, fazendo com que o país registrasse uma congelamento do PIB per capita entre 1980 e 1993. O crescimento industrial muito irregular, alternando anos de grande expansão com outros de significativo declínio, é resultado de uma indústria, principal locomotiva do crescimento econômico desde o governo JK, particularmente atingida pelas crises do petróleo de 1973 e 79 e pelas crises políticas no país. (PINHEIRO, 1996)

Com taxas de inflação 13,20% em dezembro de 1985 e de 17,79% em janeiro de 1986, o governo Sarney buscava um plano de estabilização que pudesse interromper a escalada inflacionária. (SIMONARD, 2022)

Foi nesse contexto que, em 1986, Sarney implantou o Plano Cruzado. Suas medidas eram a mudança do Cruzeiro pelo Cruzado, com um corte de três zeros na moeda. Houve, também, a indexação dos salários a uma escala móvel, ou seja, toda vez que a inflação acumulada chegasse a 20%, os salários teriam um aumento de no mínimo 60% da variação da acumulada. Essa era uma forma de proteger o salário real do trabalhador. Por fim, existiu o tabelamento de preços e congelamento de salários. (BACHA, 1994)

Na verdade, a inflação aumentou, no período de 1985 a 1990, enquanto houve a realização de outros planos econômicos, além do Cruzado, dentre eles, Bresser (1987) e Verão (1989). Tais planos tiveram, como característica comum, o congelamento de preços, que levava a uma queda imediata da inflação, com posterior aceleração da taxa de crescimento dos preços, conduzindo a uma rota hiperinflacionária. Assim, a desorganização estatal e o fracasso dos planos de reestruturação contribuíram ainda mais para a intensificação do problema. (PINHEIRO,1996)

As contas públicas sofreram um severo estrago, como efeito da redução das receitas em razão do lento crescimento econômico e de uma política expansionista de incentivos e subsídios fiscais. Outro ponto de importância é que a Constituição de 1988 agravou o desequilíbrio das contas públicas, ao alocar as receitas federais para estados e municípios, sem redistribuir os gastos. (PINHEIRO, 1996)

Os déficits públicos crescentes, a dificuldade do Estado estabilizar a democracia e a responsabilidade imposta por sua agenda de empreendedor direto, garantidos na Constituição de 1988, originaram, ainda na década de 80, um processo de redefinição do papel do Estado na economia que viria a ser uma das principais pautas nas eleições de 1989. (PINHEIRO,1996)

4.2. Estatização/desestatização da economia

Em seus primeiros momentos como República, sendo um país agroexportador, o Brasil contava com uma pequena quantidade de empresas estatais. A partir dos anos 1930, impulsionado por uma tendência global de maior intervencionismo, o governo brasileiro concentrou esforços para a promoção de uma onda de industrialização, tendo como principal objetivo o ideal de nacionalização da economia. Nesse cenário, o Estado surgiu como grande investidor, comprador e empregador, conduzindo o processo de industrialização da economia nacional. (COSTA, 2013)

Dentro do modelo de substituição de importações, as empresas estatais assumiram posição de destaque, principalmente a partir dos anos 1940, durante a Era Vargas. O

surgimento de empresas estatais foi significativamente impulsionado pela Segunda Guerra Mundial, em grande parte alicerçado a razões de "segurança nacional". Essas empresas ocupavam o setor primário, incentivando a presença do setor privado em outras áreas. Entre 1951 e 1961, o número de empresas estatais seguiu em expansão, com concentração nos setores de infraestrutura, aço e petróleo. Nessa época predominava uma política econômica desenvolvimentista, que somada ao interesse pela "segurança nacional", sucedeu em reforçar o caráter interventor do Estado. (COSTA, 2013)

Durante a ditadura militar (1964 a 1985) foram criadas 302 empresas estatais. Quando relacionadas às décadas anteriores, as estatais criadas nesse período diferem principalmente em seus objetivos. Antes de 1960, a ação empresarial visava preencher as lacunas presentes na indústria nacional, operando de forma bem articulada com as estatais. A expansão das empresas estatais durante o período ditatorial foi marcada por um forte descontrole sobre o processo (COSTA, 2013).

“As Empresas Estatais criadas durante as décadas de 1940 e 1950 eram parte de um plano integrado e centralizado de intervenção estatal, bem articulado com o investimento privado, que permitiu ao país beneficiar-se de significativas economias de coordenação e promover com sucesso a substituição das importações nos anos 50. Diferentemente dessas primeiras Empresas Estatais, as subsidiárias criadas de forma descentralizada no final da década de 60 e nos anos 70 operavam em alguns dos setores mais lucrativos da economia, onde passaram a competir com as empresas privadas” (PINHEIRO, 1991)

Ao fim dos anos 1970, a crise do petróleo e a crise da dívida externa impuseram limitações à capacidade do Estado em financiar o desenvolvimento; o modelo keynesiano e o Estado de bem-estar social davam sinais de esgotamento (COSTA, 2013). A contratação de empréstimos externos como meio de financiamento do setor produtivo estatal, a concessão de subsídios a empresas privadas, a elevação da taxa de juros e o financiamento de déficits são alguns dos fatores que explicam o cenário de deterioração das finanças públicas ao fim da década de 1970 (FILHO, 1996). Como efeito desse contexto, o Brasil sofria com o enfraquecimento de suas políticas, fazendo com que as pressões desestatizantes ganhassem força.

O cenário geopolítico internacional dos anos 1980 é marcado pelo declínio do Estado de bem-estar social, sendo substituído pela ideologia neoliberal, que consolidava-se nos centros e expandia-se para as periferias. Movimentos pela desestatização da economia espalhavam-se por todo o globo; políticas de privatização passaram a ser recomendadas por organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, muitas vezes como condição para a concessão de empréstimos. Durante o governo Figueiredo, o último da

ditadura militar, 42 empresas foram desestatizadas. Nesse cenário, as privatizações objetivavam conter a acelerada e descontrolada expansão do setor público produtivo (COSTA, 2013).

Durante o governo Sarney realizaram-se 42 desestatizações, de modo que, em 1989, haviam 230 empresas estatais federais. A dívida externa brasileira era a razão de boa parte da discussão acerca das estatizações. Principalmente quando considerado o aumento vertiginoso da mesma, a partir do final da década de 1970. Em 1988, a dívida externa brasileira estava em seu maior nível até então. Houve um elevado crescimento do Estado durante o regime militar, tendência que se expandiu para o Governo Sarney. (ARCOLEZE, 2020)

O debate acerca da desestatização e estatização evidencia a divergência entre posicionamentos políticos de esquerda e direita. Em 1989 não foi diferente. Levando em consideração o contexto de crise econômica, alta dívida externa e a questão das estatais, herança de uma sucessão de governos irresponsáveis, falar sobre a desestatização/estatização era fundamental. Dentre os principais candidatos à presidência nas eleições de 1989, diferentes pontos de vista surgiam. Para partidos de esquerda, as empresas estatais eram vistas como grandes impulsionadoras do desenvolvimento socioeconômico nacional. Já para os partidos de direita, eram consideradas um fardo para o Estado (COSTA, 2013).

“Em linhas gerais, os liberais-conservadores defendiam redução do estado – privatização, demissão de servidores – para diminuir o déficit público, entendendo que o principal responsável pelo problema era o poder público. Por outro lado, os candidatos mais à esquerda pregavam que controle de preços, revisão de subsídios, combate ao cartorialismo, maior participação dos trabalhadores e reformulação do sistema financeiro sanariam o problema.” (ARCOLEZE, 2020)

O programa político de Leonel Brizola era marcado pela combinação entre o nacionalismo desenvolvimentista, social democracia, trabalhismo e anti-imperialismo (GUILHERME, 2016). Brizola criticava fortemente a onda de privatizações que ocorria no Brasil, principalmente no que tange à estatais estratégicas. Brizola acreditava na manutenção e fortalecimento dessas estatais, e na privatização das não estratégicas. Defendia a atuação do Estado em setores que a iniciativa privada não fosse capaz de alcançar. A complexidade das sociedades modernas requeriria que o Estado fosse o principal responsável por administrar setores estratégicos e básicos (energia, recursos minerais, indústrias de base, comunicação, transporte, saúde, educação, segurança pública, etc). (ARCOLEZE, 2020)

A campanha de Lula aproximava-se do Estado de bem-estar social, com valorização das empresas estatais, reforma agrária e o não pagamento da dívida externa (GUILHERME,

2016). O Partido dos Trabalhadores propunha que o Estado se distanciasse de empresas não prestadoras de serviços públicos essenciais. Em seu plano de governo, definiu que, acerca da questão das estatais, era preciso revisar a política de privatização indiscriminada e democratizar a gestão das estatais, garantindo a participação dos trabalhadores e da sociedade (MACIEL, 2013).

Era consensual entre a imprensa brasileira e os grandes empresários a necessidade de redução do tamanho do Estado. Nesse contexto, dentre os três principais candidatos, as propostas de Collor eram as que mais se aproximavam dessa expectativa. Propunha um "Brasil moderno", com privatização das empresas estatais e redução do tamanho do Estado, seguindo a tendência global neoliberal (GUILHERME, 2016).

4.3. Protecionismo e comércio exterior

A situação do comércio exterior brasileiro no final dos anos 80 se dá como resultado de todas as dificuldades macroeconômicas vividas no país. Mais especificamente há um grande desgaste do modelo de substituição de importações adotado pela indústria brasileira principalmente pela diminuição no volume de importações feitas sobre produtos nacionais a partir dos anos 70. O contínuo aumento inflacionário, os choques do petróleo na década anterior e diversos outros fatores externos fez com que esse sistema que priorizava a produção de bens de base levasse a um crescimento muito menor do que ele já havia proporcionado em outros tempos. (ABREU, 2007)

Dentro desse cenário, os presidentiáveis deparam-se com um impasse de importante discussão. Por um lado a Nova Ordem neoliberal que avança no continente europeu e americano promove pacotes liberalizantes da economia que acreditam no livre mercado e na iniciativa privada como formas de aumentar a produtividade. Contudo, abrir mão do protecionismo interno brasileiro significa romper com uma tentativa de proteção do produto nacional. Assim, é lógico que partidos à direita tentem embarcar no crescente neoliberalismo enquanto o espectro da esquerda, principalmente do nacional desenvolvimentismo do PDT, busque uma continuação da salvaguarda da indústria brasileira.

4.4. Política de segurança e direitos humanos

Perseguido por um fantasma recente da ditadura, as discussões sobre segurança pública são um tópico sensível no Brasil em redemocratização. O cenário pós regime militar é de aumento considerável da criminalidade, especialmente quanto aos números de mortes violentas. Além disso, vê-se nas grandes metrópoles – principalmente no Rio de Janeiro – o

nascimento e a estruturação das facções criminosas, antes atuantes somente dentro dos presídios, que encontraram nas favelas seu ponto de instalação.

No caso específico fluminense, muitas acusações são feitas a Leonel Brizola, ex-governador e candidato à presidência. Sua política de não intervenção nas comunidades e de negligência às forças policiais, predominantemente visando um distanciamento da imagem autocrática e opressiva dos militares, é atacada como a culpada pela escalada da violência no estado do Rio.

Já na pauta de direitos humanos, apesar da conquista constitucional das garantias civis, sociais e políticas, vê-se um problema prático na eficácia dessas propostas. Ainda imersa em uma crise histórica, somada às estruturais desigualdades de classe, a nação brasileira vê o sucateamento de seus órgãos e serviços públicos para a materialização dos direitos do cidadão. Diante disso, são iniciados debates sobre as alternativas viáveis para a reestruturação da economia nacional, o tamanho e os custos do Estado diante da onda neoliberal que se instala no mundo, especialmente na América Latina.

4.5. Combate à corrupção

O combate à corrupção é, indubitavelmente, um dos temas mais importantes em uma disputa eleitoral. O golpe militar de 1964 foi realizado em cima de uma plataforma baseada na corrupção que estaria vigente no governo brasileiro na época, com Castelo Branco caracterizando a mesma como sendo o problema mais grave do país, e também o mais difícil de se resolver. Os anos de ditadura, contudo, apenas exacerbaram a corrupção no sistema político nacional, em que qualquer tipo de denúncia contra o mesmo era rapidamente censurada. (HORTA, 2018)

Em relação aos candidatos em questão, cabe mencionar a abordagem realizada por Fernando Collor quanto aos temas relacionados à corrupção - assumindo um papel de “bastião da moralidade”. De seu programa de governo até seus discursos iniciais, é visível uma atenção especial conferida à corrupção e aos princípios morais. (PICOLLO, 2013)

Assim como a maioria dos outros candidatos, Lula e Brizola mantinham um discurso de combate à corrupção – com Lula relacionando a corrupção no setor privado como um dos motivos para criticar a influência do capital privado no governo brasileiro. Dessa forma, é visível como a corrupção é um tema extremamente recorrente no cenário eleitoral brasileiro, e qualquer candidato real ao cargo de Presidente da República precisa apontá-lo. (PERSEU, 2010)

4.6. Reforma agrária

O tema da reforma agrária está constantemente presente no debate político brasileiro. A mesma significa uma redistribuição das terras no campo, dividindo grandes propriedades, concentradas nas mãos de uma minoria, em pequenos lotes, que serão distribuídos para pessoas impossibilitadas do acesso à terra. Em toda sua história, o Brasil é um dos poucos países que nunca realizou uma reforma agrária. (FIGUEIREDO, 2019)

É impossível mencionar o tema sem fazer menção aos movimentos populares que continuam, ainda hoje, lutando para que haja uma reforma justa no campo brasileiro. Ao final da Ditadura Militar, já na década de 80, foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, grupo organizado que luta diretamente pelo acesso à terra, por meio de ocupações, protestos e pressões eleitorais. Seguindo um lema de “Organizar, resistir e produzir”, no ano da eleição o grupo já estava organizado em milhares de cooperativas, utilizando as terras que adquiriram para produzir alimentos. (DE FREITAS, 2019)

Ao analisar o posicionamento dos candidatos em questão sobre o tema, é necessário mencionar o Programa Agrário apresentado pelo candidato do PT em seu Programa de Governo. Apontando a Reforma Agrária como algo indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, de modo a impedir a especulação sobre o terreno e garantir a terra, renda, poder e direitos para quem na terra trabalha. O projeto de Lula especifica que as terras afetadas serão os 165 milhões de hectares capazes de produzir, porém que são mantidos parados pelos seus proprietários. (STEDILE, 2005)

Como já mencionado anteriormente, Leonel Brizola foi outro candidato com um laço mais profundo na temática da Reforma Agrária. Durante seu governo no Rio Grande do Sul, Brizola desapropriou mais de 24 mil hectares de terreno para a população. Em 1963, ainda como Deputado Federal, apresentou um Projeto de Lei de Reforma Agrária, que estabelecia as condições para a execução de uma reforma agrária em âmbito nacional. (STEDILE, 2005)

4.7. Política externa

Nas eleições de 1989, assim como na maioria das outras na história brasileira, a temática das relações internacionais não frequentou de forma extremamente significativa os discursos partidários. Dos 3 candidatos em questão, apenas Lula apresentava efetivamente, em seu programa de governo, uma plataforma de política externa. Assim, o tema foi ausente da maioria dos debates eleitorais, a não ser por candidatos que decidiram responsabilizar a

dívida externa como causadora da fome e miséria no Brasil ou em um discurso contra a influência do capital estrangeiro na economia nacional. (ALMEIDA, 1994)

Dentre os candidatos que mencionaram tópicos relacionados a política externa em seu programa de governo, cabe mencionar, além de Lula, Mário Covas. Em seu programa, o candidato paulista apresentou as principais questões envolvendo o Brasil no cenário internacional. Entre seus diversos pontos, acreditava que o país deveria liderar uma revisão no sistema vigente das Nações Unidas, além de uma reformulação do sistema financeiro internacional. (ALMEIDA, 1994)

Quanto aos outros candidatos presentes no comitê, o candidato do PDT, Leonel Brizola, no que se tange ao tópico, foi extremamente vago ao longo das eleições de 1989. Insistiu no conceito de “perdas internacionais”, acreditando que altos juros nas dívidas externas do país seriam os grandes responsáveis pela crise social e econômica brasileira. Já o candidato do PRN, Fernando Collor, não apresentou nenhum tópico relacionado a política internacional em seu programa de governo, mas manteve um posicionamento semelhante ao de muitos outros candidatos quanto à independência financeira do Brasil em relação ao FMI. (ALMEIDA, 1994)

É importante destacar, também, como era a política externa durante o regime militar. Apesar de especificidades em certos períodos, durante os 21 anos de ditadura no Brasil, os militares resgataram certas características da Política Externa Independente, realizada por Jânio Quadros. Geisel, por exemplo, acreditava que a atuação internacional do país deveria estabelecer apenas ligações benéficas ao Brasil, deixando o conflito ideológico leste-oeste em segundo plano. O Brasil deveria, contudo, ser cauteloso, para não deixar com que as ideologias de países com os quais se aproximava por motivos econômicos se infrinjam no território brasileiro. (DE SOUZA, 2013)

5. As eleições presidenciais de 1989

5.1. Sistema eleitoral da nova democracia brasileira

Os sistemas eleitorais são elementos chave de uma democracia representativa, dado que compreendem o conjunto de regras que conduz a escolha dos representantes de uma nação. Todo sistema eleitoral deve ter como objetivo a formação de canais para a representação dos diversos grupos sociais e a tradução da vontade popular manifestada, garantindo a seleção dos representantes do povo de forma justa e legítima. (TORRES, 2015)

Após 21 anos de ditadura militar, o Brasil de 1989 preparava-se para receber o primeiro presidente diretamente eleito desde 1960, quando apenas 20% da população brasileira constituía o eleitorado. No ano de 1989 dava-se o último passo à caminho da redemocratização, sendo o fim definitivo do sombrio período ditatorial (GUILHERME, 2016).

Apenas seriam disputados os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, em chapas únicas e indivisíveis. As eleições seriam regidas pelo Código Eleitoral de 1965 e pela recém promulgada Constituição de 1988. Sancionado durante o primeiro governo da ditadura, o código eleitoral de 1965 tornou o voto obrigatório para todos os homens e mulheres alfabetizados, maiores de 18 anos e menores de 70 e facultativo para analfabetos, jovens de 16 e 17 anos e idosos maiores de 70. Em seu artigo segundo, determina que:

"Todo poder emana do povo e será exercido, em seu nome, por mandatários escolhidos, direta e secretamente, dentre candidatos indicados por partidos políticos nacionais, ressalvada a eleição indireta nos casos previstos na Constituição e em leis específicas". (TSE, 216, p. 30)

No entanto, o voto direto foi apenas estabelecido com a Constituição Cidadã, em seu 14º artigo. Dessa forma, o aspecto inédito da eleição de 1989 ocupava outro âmbito: seria a primeira eleição presidencial para a maioria dos cidadãos brasileiros. (GUILHERME, 2016) Tratando-se da escolha do presidente e de seu vice, é vigente o sistema eleitoral majoritário. Nesse modelo, para que o chefe do executivo seja escolhido, é necessário que o candidato conquiste uma maioria absoluta, determinada pela metade dos eleitores mais um - sem que sejam contabilizados votos nulos e brancos. Caso isso não ocorra em um primeiro turno, estabelece-se uma segunda rodada de eleições entre os dois candidatos mais votados. Levando em consideração o pluripartidarismo, a tendência é que a eleição se organize em dois turnos. (LOPES, 2021)

5.2. Legislação eleitoral vigente - o que se pode ou não fazer

A legislação eleitoral consiste no conjunto de normas que regulam o processo eleitoral. Dispositivos constitucionais e legais se fazem presentes em todas as etapas inerentes à escolha dos representantes de uma nação; no Brasil de 1989, esse conjunto de dispositivos compreende a Constituição Federal de 1988, o Código Eleitoral de 1965 e um compilado de leis correlatas. Tratando-se de eleições presidenciais, é imprescindível considerar aquilo que se é permitido pela legislação eleitoral vigente.

A Lei nº 7.773, de 8 de junho de 1989, sancionada pelo então presidente José Sarney, estabeleceu que seriam realizadas, no dia 15 de novembro de 1989, o primeiro turno das

eleições para Presidente e Vice-Presidente da República. O mandato presidencial teria início no dia 15 de março de 1990.

A propaganda eleitoral é prevista como direito de todos os candidatos e partidos políticos pelo Código Eleitoral de 1965, não podendo ser impedida ou perturbada quando realizada de forma lícita. No entanto, o direito à propaganda não impõe limitações ao poder da polícia, podendo esta intervir em benefício da ordem pública (TSE, 2016, p. 115).

É dever da Justiça Eleitoral a divulgação das eleições e dos candidatos, por meio de canais de mídia analógicos e digitais (TSE, 2016, p. 73). Todavia, cabe aos próprios partidos políticos a elaboração e financiamento das propagandas, devendo sempre mencionar a sigla identificadora do partido e sempre fazer uso da língua nacional (TSE, 2016, p. 112).

Ainda dentro do âmbito da propaganda eleitoral, o artigo 243 do Código Eleitoral de 1965 define intolerável toda e qualquer propaganda:

- I. de guerra, de processos violentos para subverter o regime, a ordem política e social ou de preconceitos de raça ou de classes;
- II. que provoque animosidade entre as Forças Armadas ou contra elas, ou delas contra as classes e instituições civis;
- III. de incitamento de atentado contra pessoa ou bens;
- IV. de instigação à desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública;
- V. que implique em oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;
- VI. que perturbe o sossego público, com algazarra ou abusos de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;
- VII. por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;
- VIII. que prejudique a higiene e a estética urbana ou contravenha a *posturas municipais* ou a qualquer restrição de direito;
- IX. que caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública. (TSE, 2016, p. 113)

Para além das propagandas, em suas Disposições Penais, o Código de 1965 prevê uma série de crimes eleitorais. Destaca-se como ilícito aproveitar-se da ingenuidade ou ignorância de um indivíduo, tal como a compra e o uso de violência em troca do voto; o descumprimento dessas normas pode resultar em prisão. (TSE, 2016, p. 127-136)

5.3. Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

Após 29 anos sem eleições diretas, o Brasil era outro. O avanço das mídias digitais traziam um novo aspecto para a propaganda político-partidária, abrindo novos caminhos para o cenário eleitoral que se formava. As eleições presidenciais de 1989 ocorreriam num Brasil integrado pelos meios modernos de comunicação. Além disso, seria o primeiro momento na

história brasileira em que ocorreriam eleições num clima de total liberdade política, permitindo a expressão de todas as correntes ideológicas existentes. (BORBA, 2016)

Nesse contexto, emergiu também uma nova forma de propaganda política: O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Instituído pelo Código Eleitoral de 1965, o HGPE consiste em um espaço garantido por lei para que os partidos tenham acesso aos veículos de mídia digital de forma democrática e gratuita. Pelo período em que as eleições diretas estiveram suspensas, este novo mecanismo manteve-se como um mero projeto que, com o retorno das eleições presidenciais, pode finalmente ser posto em prática. Já em 1989, a Lei 7.773 determinou que seriam apresentados 59 programas, com 140 minutos diários (sendo este tempo igualmente dividido em dois períodos de 70 minutos; um deles às 13h e o outro às 20h30) no período entre o dia 15 de setembro e 12 de novembro de 1989. (BORBA, 2016)

O HGPE permitiu que partidos políticos e candidatos ganhassem visibilidade e presença midiática, independentemente de seu posicionamento no espectro político. Sua criação objetivava a formação de um cenário político mais equilibrado e democrático. (VEIGA, 2001) O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral tornou-se a principal forma de propagar a imagem do candidato, sendo uma ferramenta estratégica para que o mesmo conseguisse atingir seus eleitores, através de um diálogo direto com os mesmos. Além disso, trazia a comodidade em permitir aos eleitores acompanhar as propostas sem precisar deslocar-se de suas residências. (TATAGIBA, 2009)

Os assuntos que devem ser abordados em uma propaganda eleitoral podem ser divididos em três classes:

- I. Temas fundamentais ou racionais: aqueles que referem-se à administração pública e à legislação, como questões econômicas, tributárias, segurança, obras, saneamento, educação;
- II. Temas oportunos e emocionais: referem-se a fatos, acontecimentos que se encontram em evidência no momento. São coloridos e carregam o espírito da campanha;
- III. Temas segregacionistas: nesses casos o candidato é obrigado a definir uma posição que vai dividir o eleitorado. São esses temas que dão personalidade à campanha. (MANHANELLI, 1992, p. 62)

Tratando-se do bom uso do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, o uso de determinadas estratégias estabeleceu-se, na prática, como indispensável: a simplificação, com uso de frases curtas e marcantes, tal como a adoção de símbolos simples; a escolha de um alvo único e o constante "ataque" ao mesmo; e a repetição constante. (MANHANELLI, 1992) Um bom candidato destaca-se dos demais ao ser enfático, carismático e, portanto, memorável.

5.4. Calendário eleitoral e pesquisas de opinião

Uma eleição não é ganha somente nas semanas que a antecedem, trata-se de uma construção política e identitária que decorre de diversos processos históricos que podem durar anos, entretanto, é impossível simular um organismo tão móvel e abrangente como esse. Por esse motivo, o comitê irá se restringir ao período mais ativo da propaganda eleitoral, sendo esse a partir do ponto em que começa o HGPE, já explicado detalhadamente na seção 5.3. Dessa forma, o modelo partirá de um ponto em que certas condições já são dadas a partir de fatos anteriores, assim, é de se esperar que pesquisas de opinião mostrem as intenções de votos seguindo a lógica do momento inicial, sendo esse: Fernando Collor em primeiro lugar, Lula em segundo e Brizola em terceiro. Notem que a eleição de 1989 foi notavelmente muito acirrada, havendo pequena diferença entre os candidatos, portanto, trata-se de um status quo extremamente mutável.

Dentro desse cenário aparecem as pesquisas de opiniões que podem expor diferentes aspectos acerca do processo eleitoral, alguns exemplos são: intenções de voto, intenções de voto em cenários hipotéticos de segundo turno, rejeição e aprovação. Essas pesquisas normalmente são feitas sob encomenda de associações ou veículos comunicativos. Portanto, é muito normal que além das pesquisas públicas, os partidos também realizem suas buscas internas, cabe aos comitês eleitorais fazer essas encomendas. Torna-se necessário, portanto diferenciar pesquisas quantitativas e qualitativas, as primeiras demonstram resultados numéricos e matemáticos para as questões levantadas, já as segundas dão respostas subjetivas sobre o objeto analisado, sendo possível retirar informações de opiniões e ideias. Torna necessário, portanto, que os delegados, caso desejem realizar tal processo especifiquem como ele deve ser feito, podendo gerar resultados mais ou menos efetivos

5.5. Grupos de interesse - indústrias, empresas, sindicatos, associações

Para adquirir a aprovação popular uma campanha precisa ser capaz de fazer negociações com diferentes grupos de poder na sociedade. Essa necessidade é clara tendo em vista o poder de influência que esses agentes têm na política interna e externa do país. Indústrias, empresas, sindicatos e associações em geral possuem um alto nível de convencimento e poder de barganha com diferentes setores, como a mídia, que podem mudar completamente o rumo de uma eleição

Portanto, é de suma importância que os gabinetes procurem a negociação com essas instituições de acordo com seus respectivos ideais partidários. Assim, é lógico que o PT

procure se aproximar ainda mais de sindicatos ainda não completamente incorporados a sua estrutura e que o PRN busque uma conciliação com o empresariado nacional que almeja uma maior influência na ordem neoliberal por exemplo. Contudo, é muito importante entender o papel das mediações nesse processo. Dado que nenhum desses vínculos é definitivo e inquebrável, cabe aos delegados buscar as aproximações e afastamentos que julguem mais vantajosos para a expansão do seu eleitorado

5.6. O papel da imprensa na eleição

Muito se discute sobre o impacto da mídia sobre o seu receptor, em especial no que diz respeito ao seu papel no xadrez político. Alguns teóricos atribuem uma alta capacidade de manipulação aos veículos comunicativos. Os apoiadores desse pensamento embasam-se, em geral, na escola frankfurtiana, que enxerga a relação emissor-receptor como assimétrica, de modo que a massa apenas reagiria aos estímulos e às intenções designadas pelos grandes meios. Em oposição, há pesquisadores que defendem a existência de limitações da influência midiática. Nessa corrente, é levada em consideração a capacidade intelectual do receptor, além da incapacidade dos meios de comunicação em produzirem somente conteúdos alinhados a suas próprias ideologias, inclusive por questões de sobrevivência financeira.

De todo modo, é inquestionável a maximização do papel político dos meios comunicativos a partir da massificação da televisão. No Brasil, a tendência não é diferente: vê-se uma forte presença dos veículos de imprensa, seja em editoriais, na mediação de debates ou em formas alternativas de interferência. Entre os diversos jornais, rádios e emissoras presentes na cobertura da corrida eleitoral, inevitavelmente destaca-se uma: a Rede Globo de Televisão.

Líder de audiência, a TV Globo assumiu dois papéis distintos no jogo de poder eleitoral. O primeiro, mais previsível, diz respeito ao jornalismo. Sendo, em disparada, o maior veículo comunicativo do país, sua rápida capacidade de noticiar tornou-a implicitamente responsável pela significação e tradução de todos os eventos nacionais ao povo. Ainda que, em algum momento, existam acusações contra sua imparcialidade, é difícil ferir a confiança do brasileiro em seu conteúdo. Desse modo, a interpretação política global é enxergada, pela maioria, como o mais próximo da neutralidade em questões de linha editorial, e atacá-la é colocar-se contra a principal fonte de informação do eleitor.

Se, por um lado, o jornalismo da Rede Globo projeta-se como um transmissor da verdade incondicional, a emissora possui outro modo de influência política, mais sutil e por vezes mais eficaz, em análises de médio a longo prazo. São, afinal, suas famosas obras de

ficção, especialmente as telenovelas, que contribuem ativamente na formação de ideias – tanto em assuntos banais, como a moda e as cores da época, quanto em tabus sociais e na política. Vemos essas temáticas serem abordadas, principalmente, nas novelas *Vale-Tudo*, *Que Rei Sou Eu?* e *O Salvador da Pátria*, as duas últimas exibidas antes e depois do Jornal Nacional.

Além disso, no meio escrito, não podemos descartar a influência de jornais como a Folha de S. Paulo, O Globo e demais periódicos de circulação nacional, que diariamente interpretam as táticas e as promessas realizadas no Horário Eleitoral Gratuito, além da publicação constante de editoriais. Percebe-se que, apesar dos grandes veículos propagadores, por si só, não definiriam uma eleição, é nitidamente indesejável estar contra a grande mídia.

6. Funcionamento do comitê

6.1. Cronograma do comitê - passagem do tempo e sessões de debate

Apesar de suas substanciais diferenças em termos de procedimento com os demais comitês do modelo, ele seguirá o mesmo cronograma e os mesmos horários que os demais. O cronograma do comitê será o seguinte:

Gabinete Eleitoral 1989 - Cronograma do Comitê:

Sessão 1: Passagem de regras e planejamento geral de campanha

Sessão 2: 15 - 30 setembro

Sessão 3: 01 - 15 outubro

- Entrevistas do programa 'Roda Viva'

Sessão 4: 16-30 outubro

Sessão 5: Assessoramento e Debate do 1o Turno

Sessão 6: 31 outubro - 14 novembro

- Resultado: 1o Turno (15 de novembro)

Sessão 7: 16 novembro - 01 dezembro

Sessão 8: Assessoramento e Debate do 2o Turno

Sessão 9: 2 - 16 dezembro

- Resultado: 2o Turno (17 de dezembro) e posse da chapa eleita

Durante a primeira sessão, os diretores de sala e os diretores do Grupo de Controle (GRUCON) reunir-se-ão com os delegados de todos os 3 gabinetes eleitorais com o intuito de efetuar uma passagem de regras conjunta; uma vez que o funcionamento do comitê se dará de maneira diferente dos demais, essa reunião será feita com o intuito de apresentar as regras de funcionamento do comitê, sanar as dúvidas dos delegados e passar avisos acerca do funcionamento da simulação como um todo. Terminada essa reunião, os delegados serão enviados para suas salas com os seus diretores e terão o restante da sessão de debate para se conhecerem melhor e também discutirem estratégias de longo prazo para suas campanhas. Nessa primeira sessão, nenhum documento terá que ser entregue pelos gabinetes ao GRUCON.

A partir da segunda sessão de debate, cada sessão normal de debate irá representar uma certa quantidade de dias durante a duração histórica da campanha - aproximadamente 15 dias, mas podendo variar dependendo de certas especificidades. A exceção serão as duas sessões (sessões 5 e 8) nas quais serão organizados os debates presidenciais - as dinâmicas dessas sessões serão explicadas posteriormente neste guia.

6.2. As agendas de campanha

Durante as sessões ordinárias de funcionamento do comitê - as sessões 2, 3, 4, 6, 7 e 9 - cada gabinete deverá enviar obrigatoriamente ao GRUCON uma agenda de campanha até o final da sessão. A agenda de campanha representa o principal meio por onde os gabinetes de campanha irão indicar ao GRUCON quais atividades de campanha irão organizar por dia durante o espaço de tempo representado por aquela sessão de debate; a agenda também serve para indicar a programação do horário eleitoral gratuito por dia, ou seja, qual programação o partido e/ou campanha está planejando passar em cada dia específico. Para exemplificar, apresentaremos como exemplo a agenda de campanha do candidato Mário Covas para o que seria a segunda sessão do comitê, enfatizando que o modelo a ser seguido nas respectivas agendas deve ser o mesmo.

AGENDA DE CAMPANHA - GABINETE ELEITORAL MÁRIO COVAS (PSDB)

SESSÃO 2

DATA	ATIVIDADES DE CAMPANHA	PROGRAMAÇÃO DO HORÁRIO ELEITORAL
15/09	[Propaganda Política] - Covas, junto ao seu vice e o restante da liderança do PSDB, irão anunciar o lançamento da campanha do	- O programa irá abrir com o jingle padrão da campanha, imediatamente seguido por um breve discurso de Covas

	<p>senador no Vale do Anhangabaú, em um grande comício com a participação da militância partidária, sociedade civil e entidades sindicais.</p> <p>[Economia] - A noite, Covas irá jantar representantes da FIESP, e outros membros do empresariado paulista. Irá apresentar para esses o seu plano de privatizar empresas públicas deficitárias.</p> <p>[Grupos de Interesse] - O Senador Fernando Henrique Cardoso irá liderar uma visita de representantes políticos do PSDB as comunidades da zona sul de São Paulo, lá conversando com lideranças comunitárias locais para apresentar a candidatura de Covas.</p>	<p>se colocando como candidato e rejeitando a velha política (4 mins.).</p> <p>- Depoimentos de paulistas, eleitores de Covas, como foco naqueles de origem humilde e trabalhadora. Esses devem falar sobre a carreira exemplar de Covas enquanto parlamentar e sua gestão como prefeito (5 mins.).</p> <p>- Apresentar um programa chamado ‘ELE CONSTRUIU’, uma narração frenética sobreposto às imagens de uma série de importantes obras realizadas por Covas durante sua gestão sobre São Paulo (2 mins.).</p> <p>- Despedida de Covas, novamente convocando o povo para se juntar a ele na sua grande campanha nacional (2 mins.).</p> <p>Total: 13 min.</p>
16/09	<p>[Questões Regionais] - Covas irá viajar para a Baixada Santista para lá continuar a sua campanha. Chegando a Cubatão, irá visitar as comunidades carentes da região e vai apresentar planos para o melhoramento do saneamento e acesso à educação.</p> <p>[Economia] - A tarde, Covas irá visitar as dependências do Porto de Santos, onde irá dialogar com sindicalistas trabalhadores do porto e a direção local. Irá aproveitar a oportunidade para apresentar aos jornalistas, em coletiva, seus projetos para o comércio exterior do país.</p> <p>[Propaganda Política] - O prefeito de Fortaleza, Ciro Gomes, irá realizar um grande comício no Parque da Liberdade para apresentar o candidato Mário Covas a população, apresentando sua história e suas credenciais. Ao final, uma grande festa, com comida e bebida, será realizada e aberta a todos.</p> <p>[Questões Regionais] - O Presidente Nacional do PSDB, Franco Montoro, irá viajar à Campinas para se reunir com dirigentes locais do partido. O objetivo é dar aos militantes locais apoio técnico e financeiro para estabelecer comitês eleitorais do partido no interior do estado.</p>	<p>- O programa irá abrir com o jingle padrão da campanha, e uma rápida apresentação denunciando a crise inflacionária; Covas será apresentado como o único candidato capaz de solucioná-la (3 min.).</p> <p>- Será apresentada a primeira parte do programa COVAS: UMA BIOGRAFIA, que visa apresentar a biografia do candidato. Hoje, será apresentado toda a sua vida desde o seu nascimento até a recuperação dos seus direitos políticos, em 1979 (8 min.).</p> <p>- Depoimento do ex-governador Franco Montoro, de São Paulo, falando sobre as qualidades de Covas enquanto pessoa e político (2 min.).</p> <p>Total: 13 min.</p>
17/09	<p>[Grupos de Interesse] - O Senador Fernando Henrique Cardoso irá liderar uma visita de representantes políticos do PSDB as comunidades da zona sul de São Paulo, lá conversando com lideranças comunitárias locais para apresentar a candidatura de Covas.</p> <p>[Propaganda Política] - O deputado federal Geraldo Alckmin Filho irá viajar até a cidade de Campos do Jordão. Lá, com o apoio da militância tucana na cidade, irá organizar um comício em frente ao estabelecimento PASTELÃO DO MALUF, onde apresentará aos eleitores algumas das várias acusações de corrupção que existem contra o ex-governador de São Paulo e candidato a presidente, Paulo Maluf.</p> <p>[Economia] - Ainda em Santos, Covas irá passar a manhã visitando o comércio local, dando atenção especialmente às hamburguerias gourmet da cidade, onde utilizará a oportunidade para falar sobre problemas de transporte interestadual e suprimento de carne. À noite, viaja em jato particular para Curitiba, onde realizará sua campanha</p>	<p>- O programa irá abrir com o jingle padrão da campanha, e uma rápida apresentação do discurso de Covas durante o lançamento de sua candidatura (3 min.).</p> <p>- Será apresentada a segunda parte do programa COVAS: UMA BIOGRAFIA. Hoje, será apresentado o restante de sua vida, incluindo sua atuação como Prefeito de São Paulo e sua atuação como Senador constituinte (7 min.).</p> <p>- Imagens dos comícios pró-Covas realizados em todo o país, terminando com o jingle de sua campanha e o pôr do sol sobre a Bahia de Todos os Santos (3 min.).</p> <p>Total: 13 min.</p>

nos próximos dias.	
--------------------	--

(Nota: a agenda de campanha utilizada como exemplo contém apenas alguns dias por motivos de simplificação. Como previamente explicado, as agendas terão geralmente de 14 a 15 dias de duração.)

Como exposto acima, cada ação executada na área de Atividades de Campanha deve ser classificada em torno de certos tópicos, que dizem respeito a temática da ação; isso é feito com o intuito de melhor direcionar as ações da campanha, assim definindo quais parcelas do eleitorado e da sociedade civil serão afetados por essas escolhas da campanha eleitoral, além de agilizar o processamento de ordens por parte do GRUCON. As categorias que os delegados podem utilizar para classificar as ações da Agenda são as seguintes:

1. Cultura
2. Economia
3. Políticas Públicas
4. Política Externa
5. Questões Regionais
6. Justiça e Segurança Pública
7. Forças Armadas e Defesa Nacional
8. Propaganda Política
9. Grupos de Interesse
10. Outros

A aplicação de cada tópico a cada ação fica a critério dos delegados; a aplicação de um tópico a uma ação correta terá chances de impactar positivamente a sua realização e os seus efeitos, enquanto uma aplicação incorreta pode acarretar em consequências adversas a realização dessas ações e da campanha como um todo. As informações referentes a programação do Horário Eleitoral Gratuito serão elaboradas posteriormente neste guia.

É importante lembrar que tudo que for incluído na Agenda de Campanha e enviado ao GRUCON torna-se público. A sociedade civil, a imprensa, os eleitores, outros partidos políticos e, eventualmente, até os demais candidatos, terão acesso às agendas enviadas e o seu conteúdo. As Agendas devem concentrar apenas as ações públicas da campanha; portanto, qualquer ação secreta deve ser executada através dos despachos de campanha, estes sim podem conter ordens de natureza secreta.

Uma vez completa, a Agenda deve ser enviada, em formato Word, ao email central do GRUCON através do email do gabinete - as informações referentes a esse email (nome e

senha) serão fornecidas aos delegados durante a sessão inicial. O email deve conter somente o arquivo da Agenda e ter, no seu assunto, a seguinte estrutura: *Documento* - *Gabinete* - *Sessão*. Em exemplo: Agenda de Campanha - Gabinete Collor - Sessão 2. A Agenda deve ser entregue obrigatoriamente ao GRUCON no máximo vinte (20) minutos antes do horário de encerramento oficial da sessão. Caso entregue atrasada, a realização das ações da Agenda estarão passíveis de penalização por parte dos diretores do GRUCON.

6.3. Despachos de campanha - públicos e secretos

Os despachos de campanha representam as ordens ordinárias emitidas pelos gabinetes eleitorais que contém toda e qualquer ação que não é planejada através da Agenda de Campanha, sejam elas secretas ou não. O uso mais comum dos despachos certamente será para a execução de ações confidenciais, mas existem certas ações públicas não secretas - por exemplo, a convocação de uma coletiva de imprensa, a comunicação entre dois ou mais dois gabinetes e a organização de uma reunião com uma pessoa ou entidade (esteja ela representada ou não por um delegado no comitê) - cujo envio convém ser feito através de despachos. No caso, compete à discricção dos diretores de sala e os seus delegados decidirem quais ações públicas competem as agendas e quais competem aos despachos.

Convém lembrar dois detalhes acerca dos despachos: 1) salvo quando o GRUCON expressamente dispensar essa necessidade, a comunicação entre gabinetes através dos despachos deve ser conduzida através do GRUCON. Os delegados não devem enviar mensagens diretamente entre os gabinetes, essas devem ser primeiramente enviadas ao GRUCON que irá rapidamente enviá-las ao gabinete de destino. 2) caso o conteúdo do despacho seja secreto, isso deve ser assinalado por escrito despacho em si; o padrão do despacho é ser público, então caso nada seja especificado o GRUCON irá assumir que o conteúdo do despacho é passível de conhecimento público.

Não é necessário o envio de um documento específico para compor o despacho. Basta enviar um email pelo email oficial do gabinete para o email do GRUCON com o conteúdo do despacho que esse será aceito. É apenas requisitado que no assunto do email esteja escrito o seguinte: *Documento* - *Gabinete* - *Número do Documento*. Em exemplo: Despacho - Gabinete Brizola - N. 3. Os despachos devem ser numerados em ordem conforme forem enviados ao GRUCON. Despachos pessoais, ou seja, aqueles enviados por delegados específicos e não pelo gabinete, devem seguir as mesmas regras, mas invés de dizerem o nome do gabinete no assunto, devem colocar o nome de suas delegações. Em exemplo: Despacho - Antonio Carlos Magalhães - N. 11.

6.4. Agenda da propaganda eleitoral na televisão

Para o roteiro da programação do horário eleitoral, é necessário delimitar o tempo de duração de cada componente diário do programa. A duração total do roteiro não pode extrapolar o limite máximo de tempo diário que cada campanha fora alocada - no caso, todas as 3 campanhas aqui simuladas irão dispor de 10 minutos diários de propaganda eleitoral no primeiro turno. Caso o tempo máximo diário seja extrapolado em algum momento, a apresentação do programa será cortada no momento em que o tempo ultrapasse a sua extensão máxima; algo que naturalmente trará efeitos negativos a qualquer campanha. Deve-se ater também a alocações realistas de tempo para cada ação descrita no roteiro, caso seja atribuído tempo de mais ou tempo de menos para alguma parte do programa, sua qualidade provavelmente será prejudicada. Durante o segundo turno, os dois partidos/coligações pretendentes à presidência receberão igualmente 20 minutos de horário eleitoral por dia, aplicando-se as mesmas regras supracitadas.

Um dispositivo importante na eleição é o direito de resposta. Caso um candidato sinta que foi vítima de atos caluniosos, difamatórios e/ou injuriosos por parte de outro candidato durante o horário eleitoral, o seu gabinete eleitoral pode requisitar à Justiça Eleitoral (através do envio de um despacho), sobretudo o seu principal órgão, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a possibilidade de emitir um direito de resposta, justificando no documento o porque acredita que tal atitude seja válida. Caso o pedido seja deferido, a Justiça Eleitoral notificará os candidatos envolvidos e, em seguida, irá assinalar uma parcela de tempo do horário eleitoral do candidato injurioso para que o candidato injuriado possa emitir o seu direito de resposta, esse que deve ser enviado à Justiça Eleitoral por meio de despacho. Cabe à Justiça Eleitoral decidir quanto tempo será reservado para que o candidato possa responder às acusações.

6.5. O 'Roda Viva' e os debates televisionados

A eleição de 1989 foi marcada por uma série de debates entre os candidatos e agitadas entrevistas entre esses e a imprensa, algo que será representado nessa simulação.

Primeiramente, teremos as entrevistas do Roda Viva. O Roda Viva é um programa de entrevistas, organizado pela TV Cultura (rede pública de televisão administrada pela Fundação Padre Anchieta, de São Paulo) desde 1986, que traz importantes jornalistas de diferentes órgãos da mídia e entrevistadores especializados nas áreas de relevância para entrevistarem convidados ilustres; durante as eleições de 1989, tiveram importante papel ao

entrevistarem os principais candidatos à presidência, apresentando-os ao eleitorado. Apesar de alguns dos candidatos terem sido convidados várias vezes ao longo de 1989, a simulação irá apenas realizar um encontro com cada um dos candidatos.

Durante a segunda sessão de debate, cada gabinete será convidado a enviar um representante ao GRUCON para observar o sorteio do Roda Viva, momento no qual a ordem na qual os candidatos serão entrevistados irá ocorrer. Definida essa ordem, ela será seguida durante a sessão seguinte, a terceira sessão de debate, na qual as entrevistas irão ocorrer; importante frisar que durante a sessão na qual serão realizadas as entrevistas do Roda Viva os gabinetes eleitorais ainda irão funcionar, ou seja, ainda devem submeter um despacho eleitoral. As entrevistas irão colocar o candidato no centro de uma roda de entrevistadores que, durante aproximadamente 25 minutos, irão entrevistá-lo - as perguntas serão reveladas apenas durante a entrevista. A entrevista não terá a participação de observadores, contando apenas com a presença dos jornalistas e diretores, mas ela será disponibilizada posteriormente para todos os participantes do comitê. Cada candidato poderá selecionar um delegado do seu comitê para atuar como o seu assessor: esse delegado será o único que vai poder assistir ao debate pessoalmente, e é o único que vai poder se comunicar com o candidato durante a realização do programa - isso será feito necessariamente ao longo do intervalo de 5 minutos que ocorrerá durante a realização do programa.

Durante as sessões 5 e 8 serão realizados os debates presidenciais, que serão compostos pelos candidatos sendo questionados por jornalistas e por outros candidatos acerca de uma série de questões. O primeiro debate, realizado na sessão de número 5, irá representar o debate da Rede Bandeirantes e contará com a presença de todos os candidatos presentes na simulação mais alguns candidatos não simulados, esses sendo representados por convidados. O segundo debate, realizado na sessão de número 8, irá representar o debate da Rede Globo e contará com a presença dos dois candidatos presentes no segundo turno. Antes da realização de cada debate, cada gabinete será convidado a enviar para o GRUCON um representante, onde será realizada uma reunião para decidir as regras e estrutura do debate - mediante a aprovação de todas as campanhas participantes, o debate será realizado. Esses debates, ao contrário do Roda Viva, serão públicos e contarão com a participação de uma plateia (no caso, os demais delegados), porém, durante a realização dos debates, os candidatos só poderão conversar durante os intervalos com um assessor previamente designado. As sessões nas quais os debates serão realizados serão dedicadas exclusivamente a estes; não será necessário o envio de qualquer agenda de campanha. Os primeiros 30 minutos de cada sessão de debate

devem ser utilizados pelos gabinetes para prepararem os seus candidatos, com o restante do tempo sendo utilizado para a realização do debate em si.

É importante lembrar que a participação dos candidatos no Roda Viva ou nos debates é facultativa; é natural que essa é uma decisão que terá profundo impacto na campanha, mas é uma que cabe exclusivamente aos candidatos e seus partidos.

6.6. Funcionamento pós-primeiro turno

Realizado o primeiro turno, os dois candidatos mais votados irão prosseguir para disputar a presidência no segundo turno. Caberá, portanto, a candidatura que ficou em terceiro lugar deliberar internamente sobre o que fazer; essa irá realizar uma reunião na primeira sessão de debate pós primeiro turno para decidir um curso comum de ação. Porém, caso um delegado do gabinete perdedor sinta-se contrariado pela decisão que esse tomou pós-primeiro turno, ele é capaz de agir de maneira autônoma, dando seu apoio a qualquer outro candidato que achar melhor - sempre considerando, é claro, as consequências políticas que uma ação como essa pode acarretar para a sua pessoa. Ao mesmo tempo, é esperado que as candidaturas vencedoras disputam o apoio da candidatura derrotada; para negociações desse tipo, o intermédio previamente exigido de contato através do GRUCON será temporariamente suspenso durante essa sessão, com os delegados dos gabinetes vencedores podendo discutir livremente com aqueles pertencentes ao gabinete que acabou em terceiro lugar.

7. Anexos

Anexo I: Lista de abreviaturas

AI - Ato Institucional

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CBA - Comitê Brasileiro pela Anistia

CF - Constituição Federal

CIEP - Centro Integrado de Educação Pública

CV - Comando Vermelho

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

GRUCON - Grupo de Controle

HGPE - Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PCH - Partido Comunista Hungáro
PCN - Partido Comunitário Nacional
PCUS - Partido Comunista da União Soviética
PDC - Partido Democrata Cristão
PDCdoB - Partido da Democracia Cristã do Brasil
PDN - Partido Democrático Nacional
PDS - Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PEC - Projeto de Emenda Constitucional
PFL - Partido da Frente Liberal
PIB - Produto Interno Bruto
PL - Partido Liberal
PLP - Partido Liberal Progressista
PMB - Partido Municipalista Brasileiro
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN - Partido da Mobilização Nacional
PN - Partido Nacionalista
PP (1979) - Partido Popular
PP (1989) - Partido do Povo
PPB - Partido do Povo Brasileiro
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
PRONA - Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRT - Partido Republicano Trabalhista
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSC - Partido Social Cristão
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSP - Partido Social Progressista
PST - Partido Social Trabalhista
PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTR - Partido Trabalhista Renovador

PV - Partido Verde

SBT - Sistema Brasileiro de Televisão

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SNI - Serviço Nacional de Inteligência

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UDN - União Democrática Nacional

UDR - União Democrática Ruralista

Anexo II: Lista completa de candidaturas e coligações que participaram da eleição de 1989
(GUILHERME, 2019, p. 15)

Número	Presidente	Vice-presidente	Coligação (se aplicável)
11	Paulo Salim Maluf (PDS)	Bonifácio de Andrada (PDS)	-
12	Leonel de Moura Brizola (PDT)	Fernando Lyra (PDT)	-
13	Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	José Paulo Bisol (PSB)	Frente Brasil Popular (PT, PSB, PCdoB)
14	Afonso Camargo (PTB)	Paiva Muniz (PTB)	-
15	Ulysses Guimarães (PMDB)	Waldir Pires (PMDB)	-
16	Antônio dos Santos Pedreira (PPB)	José Fortunato da França (PPB)	-
20	Fernando Collor de Mello (PRN)	Itamar Franco (PRN)	Movimento Brasil Novo (PRN, PSC, PTR, PST)
22	Guilherme Afif Domingos (PL)	Alúcio Pimenta (PDC)	Aliança Liberal Cristã (PL, PDC)
23	Roberto Freire (PCB)	Sérgio Arouca (PCB)	-
25	Aureliano Chaves (PFL)	Cláudio Lembro (PFL)	-
26	Armando Corrêa da Silva (PMB) ¹	Agostinho Linhares de Souza (PMB)	-

¹ Durante a campanha, houve a tentativa de substituir a chapa original do PMB por uma composta pelo apresentador de televisão Sílvio Santos e o senador Marcondes Gadelha, da Paraíba, como candidatos a presidente e vice, respectivamente. Essa tentativa foi frustrada em novembro de 1989 quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassou o registro do partido devido a irregularidades no seu registro.

27	Lívia Maria Pio (PN)	Ardwin Retto Grunewald (PN)	-
31	Zamir José Teixeira (PCN)	Willian Pereira da Silva (PCN)	-
33	Celso Brant (PMN)	José Natan Emídio Neto (PMN)	-
42	José “Marronzinho” de Oliveira (PSP)	Reinau Valim (PSP)	-
43	Fernando Gabeira (PV)	Maurício Lobo Abreu (PV)	-
45	Mário Covas (PSDB)	Almir Gabriel (PSDB)	-
51	Ronaldo Caiado (PSD)	Camilo Calazans (PDN)	União Cidade Campo (PSD, PDN)
54	Paulo “PG” Gontijo (PP)	Luís Paulino (PP)	-
55	Eudes Oliveira Mattar (PLP)	Daniel Lazzeroni Júnior (PLP)	-
56	Enéas Carneiro (PRONA)	Lenine de Souza (PRONA)	-
57	Manoel de Oliveira Horta (PDCdoB)	Jorge Coelho de Sá (PDCdoB)	-

8. Referências

ALMEIDA, Paulo. **A POLITICA EXTERNA NAS ELEICOES PRESIDENCIAIS.**

ARCOLEZE, Conrado Ferreira. **Fios da História: campanha presidencial de Leonel Brizola e o seu entrelaçar com o passado político do candidato pela imprensa.** 2020.

Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/194158>>

BBC ON THIS DAY | 3 | 1989: Malta summit ends Cold War. Bbc.co.uk. Disponível em:

<http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/december/3/newsid_4119000/4119950.stm>

. Acesso em: 14 Mar. 2022.

BLACK, Jan Knippers. **Latin America: Its Problems and Its Promise: A Multidisciplinary Introduction.** Milton Park: Routledge, 2019.

BORBA, Felipe **Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e a Formação da Opinião Pública.** 2016. Disponível em:

<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/51107474/1468953930_ARQUIVO_ArtigoABCPBorba_Alde-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1655296614&Signature=hMoOVciovScaSrHFcymmpGn~a25Q-yx2BueF4NwDhJltMkRSIL7w9Z25p~QSyf88cQ012yUEpv9YXQjhzBJ1j9DtcAt1Hh4xfd~B8~qIFzHFaXE24L0uBm1C~mpS0Ms3QrIEFj~Mnf~BxB~Z4oqfIZTIZMBYBOi--wkMENp-Rz1qF1IMYcx14Af-LG6Ai-FhffZevohnLfyNSG6sCg~TmsRexFcoKHxat0AI-jprH1exKQg4QN8B6vLRvMYSAPc6EN9Vt3MOh3xq1-G6ZseM~2hGNLdnCEX51fpr6kyvgRva8LIS76VP26pwLnzNQb5Q6O4ze0zBcnhv3j-xgccOzA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>

BRAGA, Kenny et al. **Perfis parlamentares: Leonel Brizola**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=01vC6iaHHbA%3D&tabid=3101&language=pt-BR>. Acesso em: 10 de mai. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. **Brizola**. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

BRUST, Hari Alexandre. PDT: 40 Anos de Socialismo Moreno. **Partido Democrático Trabalhista**, 2020. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/pdt-40-anos-de-socialismo-moreno/>. Acesso em: 10 de mai. 2022.

CAMPOS, Patrícia; ALDÉ, Lorenzo; BASTOS, Manoel Dourado. Paulo Salim Maluf. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-salim-maluf>. Acesso em: 10 de mai. 2022.

CARVALHO, Alessandra; FREIRE, Américo. **As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos**. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). **O Brasil Republicano - O Tempo da Nova República**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CONTI, MARIO. **Notícias do Planalto. A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CORRÊA, A. L. Macedo. **O sujeito político transitório nas democracias representativas: análise da ascensão e queda do governo de Fernando Collor de Mello.** 2019. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27556>>

COSTA, Frederico Lustosa da. MIANO, Vítor Yoshihara. **Estatização e Desestatização no Brasil: O Papel das Empresas Estatais nos Ciclos da Intervenção Governamental no Domínio Econômico.** 2013. Disponível em: <<https://revistas.uv.cl/index.php/rgp/article/download/2327/2289/8270>>

COUTO, André. **PARTIDO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL (PRN).** 2022?. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-reconstrucao-nacional-prn>>

DE FREITAS, Maciana. **A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: ELEMENTOS PARA O DEBATE,** 2019. Disponível em: <<http://www.revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/393/451>>

DELGADO, Lucilia; FERREIRA, Jorge. **O tempo da Nova República - da transição democrática à crise política de 2016,** Coleção O Brasil Republicano, vol. 5. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2018.

DE SOUZA, Ismara. **A política externa brasileira durante o regime militar (1964-1985): um balanço historiográfico.** 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364951563_ARQUIVO_TEXTOApoliticaexternabrasileiraduranteoregimemilitar.pdf>

EDITORIAL, O Globo. **Figueiredo aprova hoje o projeto da reformulação.** Jornal O GLOBO, Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 1979). Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019791015>>. Acesso em: 23 de mar. de 2022

FARIA, Sheila de Castro et al. **História - Volume Único - Terceira Parte.** 1ª ed. Saraiva, São Paulo. 2014.

FERREIRA, Jorge. **O Tempo do Regime autoritário - Vol. 4.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FIGUEIREDO, Dannel. **Reforma Agrária: O que é?** 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/o-que-e-reforma-agraria/>>

FILHO, Francisco das Chagas Leite. **El Caudillo - Leonel Brizola: Um Perfil Biográfico.** São Paulo: Editora Aquariana, 2008.

FILHO, José C. Matos & OLIVEIRA, Carlos W. de A. **O Processo de Privatização das Empresas Estatais Brasileiras.** 1996. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/td_0422.pdf>

FLEISCHER, David. **Os Partidos Políticos no Brasil.** Brasília: Cadernos da Unb 1981

GUILHERME, Cássio A. **A eleição de 1989: direita x esquerda.** 2016. Disponível em: <

GUILHERME, Cássio Augusto. **1989: História da Primeira Eleição Presidencial Pós-Ditadura.** Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

HORTA, Maurício. **Mito: Na época da ditadura militar não tinha corrupção.** 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/mito-na-epoca-da-ditadura-militar-nao-tinha-corrupcao/>>

João Goulart: Uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

KELLER, Vilma et al. Leonel de Moura Brizola. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola> . Acesso em: 02 de mar. 2022.

LOPES, A. L. . **Avanços, Retrocessos e Perspectivas do Sistema Eleitoral Brasileiro.** 2021. Disponível em: <<https://periodicosfapad.emnuvens.com.br/gtp/article/view/40>>

MACIEL, Suelen N. P. **Dos trabalhadores, para o povo brasileiro: uma análise comparativa dos programas de governo do Partido dos Trabalhadores de 1989 e 2002.** 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/13718>>

MACIEL, Suelen N. P. **Os Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores nas Eleições Presidenciais Brasileiras entre 1989 e 2002: Uma Investigação do Tempo Presente.** 2012. Disponível em:

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/34-Os_Programas_de_Governo_do_Partido_dos_Trabalhadores.pdf>

MANHANELLI, A. Carlos. **Eleição é guerra: marketing para campanhas eleitorais**. 2 ed. 1992.

MARCELO, Carlos. **Renato Russo - O Filho da Revolução**. Rio de Janeiro: Agir, 2009

MAURER, Noel. **The Empire Trap: The Rise and Fall of U.S. Intervention to Protect American Property Overseas, 1893-2013**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

MENGARDA, Alan E. Leonardo Brandão. **Fernando Collor: O Candidato Esportista e as Eleições de 1989**. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/Record/article/download/2304/1949>>

O Brasil Republicano - O Tempo da Nova República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1369672113_ARQUIVO_Textocompleto-MonicaPiccolo.pdf> Acesso em 23 de mar. de 2022

O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (org.).

OSÓRIO, Mauro. **Rio nacional, Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

PACOTE DE ABRIL 10 ANOS. SIMÕES, Sinimá. Câmara dos Deputados, Rádio Câmara, 2017. Pinga Fogo. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/287559-pinga-fogo---pacote-de-abril-30-anos-01--12--50---?pagina=9>

PANDOLFI, Dulce. Ulysses Silveira Guimarães. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ulisses-silveira-guimaraes> . Acesso em: 10 de mai. 2022.

PEREIRA, Vinícius Atahualpa F. F. **A Desestatização no Brasil: Uma Análise Acerca das Privatizações**. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2537>>

PICOLLO, Mônica. **A Trajetória de Fernando Collor rumo à Presidência: Estratégias Eleitorais Televisivas**. 2013. Disponível em:

PINHEIRO, Armando C & FILHO, Luiz C. de Oliveira. **Privatização no Brasil: Passado, Planos e Perspectivas**. 1991.

REIS, Daniel A. **O Partido dos Trabalhadores - trajetória, metamorfoses, perspectivas**. 2007. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/daniel4.pdf>>

RIBEIRO, Bruno. Carta de Lisboa: marco do Trabalhismo na redemocratização do Brasil. **Partido Democrático Trabalhista**, 2017. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/carta-de-lisboa-marco-do-trabalhismo-na-redemocratizacao-do-brasil/> . Acesso em: 10 de mai. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1986.

SENADO FEDERAL. **Há 20 anos era aprovada a Redação Final da Constituição de 1988**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/09/22/ha-20-anos-era-aprovada-a-redacao-final-da-constituicao-de-1988>. Acesso em: 26 de jun. de 2022.

SILVA, Cristiane S. Paulo César Boni. **A trajetória imagética de Lula: de líder sindical a presidente da República**. 2005. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1467>>

SKIDMORE, Thomas. **The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-1985**. New York: Oxford University Press, 1989.

STEDILE, João Pedro. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: Programas de Reforma Agrária - 1946-2003**. Rio de Janeiro: expressão POPULAR. 2005

TATAGIBA, Nathália K. **MARKETING POLÍTICO: A Importância do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral**. 2009. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1467>>

TORRES, Damiana **Sistemas Eleitorais Brasileiros**. 2015. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-4-ano-4/sistemas-eleitorais-brasileiros>>

TSE **Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar**. 2016. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/codigo_eleitoral/codigo-eleitoral-anotado-e-legislacao-complementar-12-edicao-atualizado.pdf>

VEIGA, F. Luciana. **Em busca de razões para o voto: o uso que o homem comum faz do horário eleitoral**. 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i07.482>>

VELÁSQUEZ, Muza; ALDÉ, Lorenzo; TEDESCHI, Harriete. Mário Covas Júnior. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-covas-junior> . Acesso em: 10 de mai. 2022.

WITKOWSKI, Alexsandro; FREITAS, Tassiane Melo de. A Influência do Idealismo de Alberto Pasqualini no Governo João Goulart (1961-1964). **Revista Historiador**, Porto Alegre, n. 1, p. 87-102. 2008. Disponível em: <https://revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/view/10> . Acesso em: 10 de mai. 2022.